

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA LATO SENSU EM SAÚDE DA FAMÍLIA,
COM ÊNFASE NA SAÚDE DA POPULAÇÃO DO CAMPO
ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Krystal Costa Batista

**CARTOGRAFIA DA SEXUALIDADE DA MULHER DO CAMPO: percepções e
narrativas em tempos de Covid-19**

Brasília/DF

2021

Krystal Costa Batista

**CARTOGRAFIA DA SEXUALIDADE DA MULHER DO CAMPO: percepções e
narrativas em tempos de Covid-19**

Trabalho de Conclusão de Residência
apresentado à Escola Fiocruz de Governo como
requisito parcial para obtenção do título de
Residente em Saúde da Família, com ênfase em
Saúde da População do Campo.

Orientadora: Profa. Dra. Jacinta de Fátima Senna da Silva

Coorientadora: Dra. Eliane Aparecida da Cruz

Brasília/DF

2021

Ficha catalográfica

B333c

Batista, Krystal Costa.

Cartografia da sexualidade da mulher do campo: percepções e narrativas em tempos de Covid-19 / Krystal Costa Batista; Orientador: Jacinta de Fátima Senna da Silva; Coorientador: Eliane Aparecida da Cruz – Brasília, 2021.

69 f., il. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Residência)—Fundação Oswaldo Cruz, Escola Fiocruz de Governo, Programa de Residência Lato Sensu em Saúde da Família, 2021.

1. Sexualidade. 2. População Rural. 3. Mulheres. I. Silva, Jacinta de Fátima Senna da. II. Cruz, Eliane Aparecida da. III. Título.

CDU: 141.72-057.2

Krystal Costa Batista

CARTOGRAFIA DA SEXUALIDADE DA MULHER DO CAMPO: percepções e narrativas em tempos de Covid-19

Trabalho de Conclusão de Residência apresentado à Escola Fiocruz de Governo, como requisito parcial para obtenção do título de Residente em Saúde da Família com ênfase em Saúde da População do Campo.

Aprovado em: 23/02/2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Jacinta de Fátima Senna da Silva – Fundação Oswaldo Cruz

Profa. Dra. Eliane Aparecida da Cruz – Fundação Oswaldo Cruz

Prof. Ms. Osvaldo Peralta Bonetti – Fundação Oswaldo Cruz

Msa. Denise Motta Dau – Internacional de Serviços Públicos (ISP)

AGRADECIMENTOS

A Deus, que permitiu que eu concluísse mais essa etapa de minha vida. À minha mãe, pai, tia, avós e irmãos, que estiveram presente em todos os momentos difíceis e compreenderam minha ausência enquanto eu estava me dedicando à escrita desse trabalho. Ao meu namorado, que me incentivou, enquanto tudo que eu queria fazer era desistir, e me trouxe paz, amor e conforto.

Às minhas orientadoras, Jacinta e Eliane, que contribuíram de forma ímpar para elaboração dessa pesquisa, fazendo-se presentes em todos os momentos. Os ensinamentos, o apoio e a paciência de vocês nesse momento foram fundamentais para o meu crescimento nesse processo.

À minha equipe multiprofissional, que se tornou minha família por dois anos, e que esteve comigo nos momentos de evolução, aprendizagem, desilusão, carinho e amor. Anyelle, Daiane, e Daniel, vocês construíram memórias comigo que jamais irei esquecer, obrigada por tanto. Às minhas amigas assistentes sociais, Camilla e Carol, que estiveram comigo na jornada de construir um serviço social humanizado, democrático e ético.

Às minhas amigas de toda uma vida, que me acompanharam por todo o processo de residência e torceram por mim sempre. À Bruna, que participou de todas as etapas de aprendizagem durante a residência e sempre me incentivou a ser a melhor assistente social de Planaltina. Sua presença nessa etapa de pesquisa foi única para mim. À Fabrícia, minha tia do coração, que aceitou com todo carinho do mundo a empreitada de corrigir esse TCR em tempo recorde.

Por fim, agradeço à Escola Fiocruz de Governo e ao meu programa de residência, que me proporcionaram a chance de crescer profissionalmente durante a vivência que foi essa residência. Vocês me proporcionaram uma experiência única, que foi trabalhar pelo SUS, e isso eu jamais poderei agradecer o suficiente.

*Não aceito mais as coisas que não
posso mudar; estou mudando as coisas
que não posso aceitar.*

Angela Davis

RESUMO

A sexualidade é vivida de diferentes formas pelos indivíduos, tendo como base suas vivências, sua raça, religião, etnia, classe social, nacionalidade e contexto histórico. Mulheres de diferentes lugares e espaços de tempo vivem sua sexualidade de formas distintas, pois são influenciadas por espaços de convívio social como a igreja, a escola, a família e o próprio território. Assim, a construção da sexualidade é tecida a partir de diferentes aprendizados e práticas e permanece como instrumental de controle e dominação das sociedades contemporâneas. O objetivo desta pesquisa é compreender a sexualidade das mulheres do Assentamento Pequeno Willian, território do campo de Planaltina-DF, diante da pandemia da Covid-19. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se utilizou de entrevista aberta aplicada no campo e do mapa movente cartográfico que discutiu as categorias gênero, sexualidade, trabalho e patriarcado. Os principais resultados foram os impactos observados na vida das mulheres do campo explicitados por relações patriarcais como o machismo, a violência de gênero, as opressões do ser mulher, a dupla jornada de trabalho da trabalhadora do campo, desnudados de forma crescente pela pandemia da Covid-19. Considera-se que os lugares ocupados por mulheres na sociedade estão longe de serem iguais e mantêm expressões subalternas e precarizadas, perpetuando uma estrutura de poder que naturaliza a ideologia patriarcal e suas desigualdades. A sexualidade da mulher campestre, seus modos de viver, estudar, trabalhar, relacionar-se e existir foram ampliados com as consequências perversas da pandemia trazendo reverberações nos aspectos econômico, psicológico, afetivo, familiar, acadêmico e do trabalho. Nesse cenário, o estudo pretende contribuir com políticas públicas de emancipação para as mulheres que incidam na transformação estrutural do modo de ser e de viver, especialmente, no campo.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Mulher; Patriarcado; Covid-19.

ABSTRACT

Sexuality is experienced in different ways by individuals, based on their experiences, their race, religion, ethnicity, social class, nationality and historical context. Women from different places and time periods experience their sexuality in different ways, as they are influenced by spaces of social interaction such as the church, the school, the family and the territory itself. Thus, the construction of sexuality is woven from different learnings and practices and remains an instrument for the control and domination of contemporary societies. The objective of this research is to understand the sexuality of women in the Pequeno Willian Settlement, territory of the Planaltina-DF field, in the face of the Covid-19 pandemic. It is a qualitative research, which used an open interview applied in the field and the moving cartographic map that discussed the categories gender, sexuality, work and patriarchy. The main results were the impacts observed in the lives of rural women, explained by patriarchal relations such as machismo, gender violence, the oppression of being a woman, the double working hours of rural workers, increasingly denuded by the Covid pandemic. -19. It is considered that the places occupied by women in society are far from being equal and maintain subordinate and precarious expressions, perpetuating a power structure that naturalizes patriarchal ideology and its inequalities. The sexuality of peasant women, their ways of living, studying, working, relating and existing were amplified with the perverse consequences of the pandemic, bringing repercussions in the economic, psychological, affective, family, academic and work aspects. In this scenario, the study aims to contribute to public policies of emancipation for women that focus on the structural transformation of the way of being and living, especially in the countryside.

Keywords: Gender; Sexuality; Woman; Field; Patriarchy; Covid-19.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AB	Atenção Básica
APW	Assentamento Pequeno Willian
Ceasa	Central de Abastecimento do Distrito Federal
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
Covid-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
DF	Distrito Federal
EFG	Escola Fiocruz de Governo
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
ESF	Estratégia Saúde da Família
GDF	Governo do Distrito Federal
Ibram	Instituto Brasília Ambiental
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, demais variações de sexualidade e gênero.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PSF	Programa Saúde da Família
Sebrae	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde

LISTA DE FIGURAS

- | | |
|----------|--|
| Figura 1 | Idade das participantes |
| Figura 2 | Estado civil, situação trabalhista, número de filhos e contaminação por Covid-19 das participantes |
| Figura 3 | Situação de renda, raça e gênero das participantes |
| Figura 4 | Grau de escolaridade e orientação sexual das participantes |

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 GÊNERO E TRABALHO	17
1.1 Sexualidade	21
2 SER MULHER NO CAMPO	26
2.1 Assentamento Pequeno Willian	27
3 FAZER INTERPROFISSIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA	30
3.1 Covid-19.....	31
4 METODOLOGIA.....	33
4.1 Cuidados éticos	35
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	37
5.1 Perfil socioeconômico das participantes	37
5.2. Construindo um olhar cartográfico	38
5.2.1 Patriarcado, instrumentos de opressão e violência de gênero	39
5.2.2 Sexualidade	46
5.2.3 Dupla jornada de trabalho da mulher do campo	50
5.2.4 Covid-19 e seus impactos na vida do campo	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
APÊNDICE A	65
APÊNDICE B.....	68
APÊNDICE C	69

INTRODUÇÃO

Ainda na década de quarenta, Simone de Beauvoir trazia em seu discurso a subjetividade dos corpos, a compreensão de mundo a partir do que é ser homem e do que é ser mulher. Afinal então, o que é ser mulher? Como foi constituída essa construção de gênero que delimita os espaços que devemos ocupar, atinente aos salários que devemos ter e às roupas que devemos usar? Ser mulher é ter sua existência reduzida à submissão? É aceitar um papel imposto pelo patriarcado? A genitália do sujeito é definidora do papel que esse indivíduo ocupa na sociedade? (Beauvoir, 1949).

Com sua crítica ao humano genérico, em que culturas diversas atribuíram à mulher o papel de ser secundária ao sujeito que era o homem, Beauvoir (1949) denunciou o papel diferenciado que homens e mulheres ocupavam na sociedade, seus valores desiguais e sua forma de tratamento – a mulher era considerada uma fêmea, era reduzida a um simples ovário (Beauvoir, 1949).

Lisboa (2010), ao fazer luz acerca da teoria feminista, busca explicitar a luta cotidiana das mulheres em busca de equidade e justiça nas relações humanas – em uma estrutura marcada pelo machismo –, pela luta de direitos humanos básicos e como repúdio a todo e qualquer tipo de discriminação baseada no gênero. Desconstruir papéis pré-definidos pela sociedade é um dos pilares da teoria, que observa que mulheres foram historicamente subordinadas aos homens, tendo seu papel de subordinação naturalizado ao longo da história. O feminismo, para a autora,

Caracteriza-se por ser uma prática política e cultural que busca mudar as estruturas desiguais de poder na sociedade, que luta contra inimigos comuns, como o patriarcado, o sexismo, a exploração, a discriminação, homofobia e outros. (LISBOA, 2010, p. 69)

Apesar de nossa sociedade viver um processo de mudanças significativas no papel da mulher, esta ainda é vítima de subjugação apenas por ser mulher – tomando por referência que as mulheres têm menores salários comparados ao dos homens, são minoria nos parlamentos e vivem cotidianamente a dupla jornada de trabalho; ademais, são classificadas como incapazes por determinação de seus corpos. Vive-se um momento histórico em que a mulher contemporânea trabalha, estuda, vota, opta por ter ou não filhos, veste o que quiser, tem a opção de se casar, e decide os rumos de sua vida – isso, é claro, desconsiderando os efeitos do machismo, racismo, patriarcado, misoginia e da violência.

Justificar comportamentos masculinos ou femininos pré-determinados em sociedade é legitimar estruturas sociais historicamente impostas, onde o peso ideológico por ser mulher

pesa em desfavor quando comparado aos homens. Estamos falando da estrutura de organização dos modos de vida, de relações sociais, de práticas legitimadas, de rituais cotidianos que organizam culturalmente nossa sociedade e diferenciam os papéis nela ocupados.

Já vivemos períodos históricos não muito longínquos – década de vinte, por exemplo – quando a mulher era impedida de ter opinião, de escolher seu futuro, de estudar; sua existência era resumida a ser mãe, esposa e a cuidar do lar – e, mesmo esse cenário, dependia de sua classe social e raça.

Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher "feminina" é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. (...) Ao contrário, na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu "ser-outro"; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia. Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito. (BEAUVOUR, 1967, p. 21-22)

Partindo da reflexão de Beauvoir (1967), “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, somos levados ao ponto-chave da questão: a sexualidade feminina está relacionada apenas ao sexo de nascimento? Essa sexualidade expressada não está ligada a aspectos ensinados, baseados em valores, crenças e normativas?

Willcock, Germani e Roncato (2016) trazem a diferenciação entre sexo e gênero, explicando que o primeiro trata das categorias biológicas do ser, ou seja, refere-se às características físicas que diferenciam os homens e as mulheres; já o gênero é uma categoria que abrange historicamente os papéis que os indivíduos são impostos a desempenhar na sociedade – a exemplo do patriarcado.

São relações de poder que influenciam os meios sociais, culturais, políticos e econômicos, e que acabam por atribuir diferentes funções para o homem e a mulher, em seus papéis pré-determinados pela sociedade. “Assim, as características biológicas de homens e mulheres são herdadas, enquanto as diferenças de gênero são construídas socialmente; portanto, podem variar no tempo e no espaço e são sujeitas a mudanças” (WILLWOCK; GERMANI; RONCATO, 2016, p. 3).

Para os autores, é necessário que a sociedade reconheça as diferenças nas relações de gênero, para que possamos lutar contra qualquer tipo de iniquidade baseada nessas diferenças, mudando assim, a participação da mulher na estrutura social, que impõe diferentes papéis – baseando-se em valores e costumes – ao homem e à mulher.

O termo em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outros são percebidas como resultado dessas diferenças. Na linguagem do dia a dia e também das ciências a palavra sexo remete a essas distinções inatas, biológicas. Por esse motivo, as autoras feministas utilizaram o termo gênero para referir-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidade e masculinidade. (PISCITTELI, 2009, p. 119)

Louro (2008) traz para o debate o conceito das marcas das diferenças. Isso porque, quando diferenças biológicas são reiteradamente naturalizadas, e quando um gênero e uma determinada sexualidade são colocados como normais, as classificações identitárias que não fazem parte dessa caixa são deslegitimadas. Até que ponto, então, há liberdade na diferença? Até que ponto os corpos são livres?

Continuamente, as marcas da diferença são inscritas e reinscritas pelas políticas e pelos saberes legitimados, reiteradas por variadas práticas sociais e pedagogias culturais. Se, hoje, as classificações binárias dos gêneros e da sexualidade não mais dão conta das possibilidades de práticas e de identidades, isso não significa que os sujeitos transitem livremente entre esses territórios, isso não significa que eles e elas sejam igualmente considerados. Portanto, antes de simplesmente assumir noções dadas de normalidade e de diferença, parece produtivo refletir sobre os processos de inscrição dessas marcas. Não se trata de negar a materialidade dos corpos, mas sim de assumir que é no interior da cultura e de uma cultura específica que características. (LOURO, 2008, p. 22)

Seria então a expressão da sexualidade um privilégio de gêneros específicos? As normas impostas tradicionalmente ao longo dos anos já permitem que a mulher possa viver esse processo de expressão?

Quando se olha de uma perspectiva macro e percebe-se que o alcance do exercício da sexualidade não é pleno para todos os indivíduos, lança-se luz à proposta deste trabalho, que é compreender como as mulheres do campo exercem sua sexualidade em tempos de Covid-19. A mulher trabalhadora do campo, que tem seu trabalho e modo de viver diferenciados em função do território em que vive, exerce sua sexualidade de forma integral? Como seus costumes, criação, relações afetivas e com o trabalho interferem nessa vivência?

Falar da mulher do campo é antes de tudo, entender como a divisão do trabalho baseada no gênero impacta a sexualidade e a vida no campo. Paulilo (1987) traz em seu debate que a mulher é historicamente demandada para trabalhos ditos “leves” na produção do campo. Embora muitas vezes os trabalhos que as mulheres realizam demandem um esforço igual ou maior que o dos homens, verifica-se que, em suas funções socialmente determinadas, sua remuneração e posição ocupada na produção, são subestimadas, ao contrário da valorização e

pagamento pela mão de obra masculina, muitas vezes associada a um trabalho pesado e cansativo.

Willvock, Germano e Roncato (2016) explicitam a desigualdade existente na distribuição de trabalho entre os papéis socialmente ocupados por homens e mulheres, sendo que estas não têm seu trabalho legitimado uma vez que desempenham tarefas consideradas atividades complementares ao trabalho masculino. A pouca visibilidade que a mulher agricultora tem impacta diretamente o seu reconhecimento no meio em que vive, pois, as reverberações do patriarcado se fazem muito mais palpáveis nesse cenário.

Mesmo trabalhando na área doméstica com a produção de alimentos, artesanato, limpando terrenos, fazendo a colheita, adubando, entre outras funções, o papel da mulher no campo é visto como auxiliar ao do homem, o que impacta na dinâmica familiar e nas relações interpessoais. A distribuição do trabalho, os rendimentos, bens e riquezas adquiridos em um núcleo familiar ainda colocam a mulher em uma situação de subalternização, visto que obedece ao patriarcado, que determina as relações sociais.

A esfera reprodutiva é designada para a mulher, enquanto a produtiva é reservada aos homens, com maior valor social; o que se percebe, então, é que por ter seu papel reduzido à esfera doméstica, mesmo quando trabalha na produção, desempenhando trabalhos considerados masculinos, a mulher agricultora vivencia cotidianamente a divisão sexual do trabalho, que gera uma dupla jornada de trabalho – remunerado e não remunerado – muito visível nos espaços ocupados.

Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em uma, o sexo de quem a recebe. (PAULILO, 1987, p. 66)

A condição de exploração do trabalho feminino, suas nuances, variáveis e principais características, impactam diretamente a vivência da sexualidade da mulher do campo. Relações de gênero presentes em diversos aspectos da vida no campo aprofundam os papéis socialmente determinados para o homem e para a mulher de forma mais acentuada do que nas metrópoles, pelas tradições, valores e costumes da população do campo, impactando diretamente a divisão sexual do trabalho. Como exemplo dessa realidade, tem-se que a mulher do campo, em sua maioria, não tem acesso ao fruto de seu trabalho, ou seja, sua remuneração, além de não ser

repassada e reconhecida, fica sob responsabilidade do marido, corroborando com as estruturas hierárquicas presentes no cotidiano da vida no campo (CONTE, 2019).

Portanto, a importância da pesquisa é adentrar na vivência das mulheres do campo para além das questões do trabalho e apresentar especificamente informações sobre o exercício de sua sexualidade, com destaque às alterações ou ao agravamento das situações vividas cotidianamente com o advento do novo coronavírus. Essa pesquisa foi realizada por meio das narrativas de experiências coletadas pelo método de pesquisa qualitativa, que qualificaram o estudo dessas situações elencadas

Durante o processo de vivência e aproximação com a comunidade do Assentamento Pequeno Willian (APW), em especial com as mulheres, viu-se a importância de se pesquisar sobre a sexualidade no campo, como forma de promover reflexões que instiguem o debate acerca do papel da mulher trabalhadora do campo, suas percepções e vivências, de modo a afirmar seu papel como sujeito social, mediante as bases teóricas de gênero, sexualidade e trabalho no campo.

A pesquisa foi realizada sob a ótica multiprofissional, considerando o campo social e não as abordagens biomédicas focadas em doenças e agravos. Assim, a exploração do cotidiano de vida nas quais essas mulheres estão inseridas nos interessa sobremaneira, bem como seus processos de reflexão acerca de si e para si; sua relação com o corpo, com o trabalho no campo, com seus companheiros e família no geral; suas reflexões acerca de como exercem, ou não, sua sexualidade, e como esses contextos se agudizaram ou não em meio a esse momento único de pandemia de coronavírus.

O intuito primordial dessa pesquisa é instigar o debate acerca de temas ainda muito escassos nas ciências humanas, estimular o debate das situações de vida das trabalhadoras do campo, trazendo sob o escopo de conhecimentos das ciências humanas as situações vividas na zona rural para o espaço da universidade, ressaltando o papel da mulher camponesa, sua relação com o corpo e sua autonomia, para que, por meio de processos de reflexão, promovam o empoderamento feminino. Ao destacar as experiências de sexualidade, interessa-nos contribuir também com processos de reflexão dessas mesmas mulheres sobre o domínio do corpo e autonomia, o que pode produzir processos de empoderamento social desse público.

A partir dessas considerações preliminares, a pesquisa adotou a seguinte **questão de partida**: a relação das mulheres do APW com sua sexualidade se modificou com o advento da pandemia da Covid-19? mediante a **hipótese** de que as mulheres residentes na zona rural sofrem impactos em diversos aspectos de suas vidas, com destaque ao exercício de sua sexualidade

plena, neste momento de excepcionalidade de organização dos modos de vida impostos pela necessidade de proteção à Covid-19.

O **objetivo geral** deste Trabalho de Conclusão de Residência (TCR) é compreender a sexualidade das mulheres do APW, território do campo de Planaltina-DF, diante da pandemia da Covid-19. Paralelamente, os seguintes **objetivos específicos** foram desenvolvidos: a) identificar se a pandemia da Covid-19 alterou a relação das mulheres com seus corpos; b) compreender como a pandemia modificou seus hábitos e vivências no trabalho no campo.

Este trabalho está dividido em três capítulos principais, seguidos de uma análise de discurso das participantes entrevistadas. O primeiro capítulo trata de gênero e trabalho, de forma a não dissociar uma categoria da outra, visto que a estrutura de classes organizada no modo capitalista determina os espaços sócio-ocupacionais que a mulher deve ocupar, reverberando, assim, as desigualdades de gênero consequentes do patriarcado.

O segundo capítulo discorre sobre o “ser mulher” no campo e as reverberações que o trabalho rural tem para a trabalhadora do campo, os impactos que o machismo, o patriarcado e a divisão sexual do trabalho têm em sua realidade, bem como busca entender quais são seus processos de lutas e desafios para empoderamento feminino na realidade rural.

O terceiro capítulo estabelece um paralelo entre a residência em saúde da família com a Atenção Básica (AB), que são pilares para a aproximação com os temas acima citados. Foi a partir da vivência com a comunidade, e observando seus modos de viver e produzir, que a inquietação para um estudo sobre a temática de gênero e sexualidade nasceu.

1 GÊNERO E TRABALHO

Saffioti (1969), em seu célebre livro “A mulher da sociedade de classes: mito e realidade”, faz um retrospecto histórico dos impactos das contradições e dificuldades oriundas do sistema capitalista para com as mulheres, problematizando como os indivíduos participam da realidade concreta do mercado produtivo de bens, da distribuição das riquezas produzidas e da venda da força de trabalho.

A partir desse debate, a autora problematiza o homem como força de trabalho livre, que se configura como mercadoria mediante o modo de produção capitalista, em que fatores socioculturais também operam como determinantes para relações de trabalho, nas quais determinados contingentes populacionais têm sua participação retardada ou não plenamente realizada. Ou seja, mesmo tendo sua condição de “homem livre” determinada nas sociedades capitalistas competitivas, não é toda parcela da sociedade que usufrui dessa liberdade.

Não apenas durante o período de constituição da sociedade de classes, mas também no seu funcionamento, enquanto sociedade competitiva plenamente constituída, interferem fatores aparentemente desvinculados da ordem social capitalista (aparentemente, meras sobrevivências de formações sociais já superadas) e em contradição com ela (também aparentemente). Fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia, operam como válvulas de escape no sentido de um alívio simulado de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção; no sentido, ainda, de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-a nas características físicas que, involuntariamente, certas categorias sociais possuem. (SAFFIOTI, 1969, p. 17)

A estrutura de classes atua como instrumento limitador das potencialidades humanas. Saffiotti (1969) dialoga sobre a crença imposta pela naturalização de caracteres que é renovada constantemente pela superestrutura, para que as limitações impostas pelos detentores de poder – que são variáveis, dependendo das condições culturais e sociais de cada espaço – sejam imutáveis. O que se percebe, então, é que a luta pela existência nessa ordem social capitalizada tem vantagens e desvantagens, dependendo do lugar que o indivíduo ocupa.

Do ponto de vista da aparência, portanto, não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas, mas, ao contrário, a ausência de potencialidades de determinadas categorias sociais que dificulta e mesmo impede a realização plena da ordem social competitiva. Na verdade, quer quando os mencionados fatores naturais justificam uma discriminação social de fato, quer quando justificam uma discriminação social de jure, não cabe pensá-los como mecanismos autônomos operando contra a ordem social capitalista. Ao contrário, uma visão globalizadora da sociedade de classes não poderá deixar de percebê-los como mecanismos coadjuvantes da realização histórica do sistema capitalista de produção. (SAFFIOTI, 1969, p. 18)

Sendo o trabalho via de compreensão para se identificar a posição que categorias ocuparam historicamente na totalidade dialética do capitalismo e de suas relações em si e no todo que estão inseridas, busca-se explicar a influência que aquele teve nas desigualdades das relações de produções que certos grupos tiveram baseadas em seu sexo e raça. Hierarquizam-se, assim, certos grupos da sociedade, baseando-se em marcas sociais (Saffioti, 1969).

Lima (2017), quando traz o conceito de marcadores sociais, associa-os às desigualdades constantes que encontramos nas sociedades ocidentais, baseadas no sexo, raça e orientação sexual, orientadas pela cultura do patriarcado, que controla e estabelece uma moral ambígua, onde instituições como a religião, família, Estado e mercado são reproduzidas em uma lógica na qual diferenças biológicas estabelecem os papéis que o indivíduos ocuparão na sociedade, bem como seus valores diante da reprodução do sistema.

É pela desumanização que a heteronormatividade se perpetua como única escolha do ser social. É por meio das opressões, explorações, dominações e pelas desigualdades baseadas no gênero que se estabelece como padrão para o humano genérico o homem branco heterossexual. Qualquer identificação fora dessa estrutura é passível de estranhamento e julgamento, é motivo de perpetuação de violação de direitos e violências.

Para Lima (2017, p. 3), o machismo, o racismo e a homofobia são muitas das diversas manifestações da violência que encontramos nesse processo de desumanizar os que não estão no padrão estabelecido; negar a norma significa perpetuar o estágio mais avançado de civilização inserida no modo de produção capitalista, pois, à medida que este gera riqueza para poucas, gera pobreza para a maioria, potencializando assim, o que chamamos de barbárie.

A ideia do genérico humano coloca o homem como o referencial, o ser social, o ontológico, e a mulher como uma variação desta espécie. Encontraremos na ciência e no cotidiano referências ao humano estabelecida na figura masculina. A gramática por exemplo, encaixa as mulheres, na generalização do “todos”, o mesmo não acontece com os homens, que não se sentem contemplados na palavra “todas”. (LIMA, 2017, p. 2)

Quando analisamos sob o ponto de vista marxista relações desiguais de gênero, devemos compreender que a busca por conhecimento e apropriação corresponde a um interesse de classes. Marx parte do real, do concreto, da base objetiva e material, para, por meio do pensamento – da consciência –, o concreto pensado ser apreendido. É por isso que, ao tempo que seu método considera a objetividade, não abandona a subjetividade, uma vez que coloca os interesses das classes e “a possibilidade de construção e reconstrução social em um movimento

de humanização em que os homens e mulheres tornam-se humanos por mediação da transformação da natureza, ou seja, através do trabalho” (LIMA, 2017, p. 6).

Para interligar os conceitos de gênero e patriarcado, Lima (2017, p. 7) analisa que é necessário que se aprofunde o debate sobre as opressões e explorações baseadas nas relações de sexo. É indispensável que desnaturalizemos as relações de sexo por meio da categoria gênero, pois é a partir da cultura e das diferentes formas de viver que se constrói na sociedade ocidental o sistema moral patriarcal. Para a autora, o patriarcado é edificado historicamente ao longo do tempo e espaço, tendo suas características moldadas de acordo com países (e regiões) em que é predominante, obtendo apoio de categorias como o racismo e capitalismo; assim, por ser uma construção social, existe a possibilidade de o patriarcado ser desconstruído.

Porém, essa análise não se daria apenas observando a aparência das relações de gênero, estas aparecem mistificadas, naturalizadas, como se a própria natureza nos trouxesse as denominações do masculino e feminino independente da criação social, como se as genitálias diferenciadas informassem por si só comportamentos e definisse ainda quem será dominado e quem dominará. Este desvelamento só foi possível através da inserção do pensamento feminista na ciência. (LIMA, 2017, p. 7)

Para Saffioti (1969), é a partir de configurações estruturais histórico-sociais que os mecanismos de exploração mantêm sua dominação e conservação do poder pelas classes privilegiadas. É a partir de caracteres raciais e sexuais que os detentores de poder afirmam sua dominação sobre o sistema produtivo, reforçando determinações sociais excludentes para ordenar a economia sustentada na exploração social.

É por meio desses instrumentos que se tem a legitimação de mecanismos de exploração, onde a mulher, além de ter sua força de trabalho precarizada e subestimada, é também explorada de forma espacial e sexual, tendo sua existência reduzida desde muito cedo nos espaços sociais ocupados pela dominação masculina. O que se observa, então, é uma dominação dos homens sobre as mulheres, reforçando a relação patriarcal histórica, tendo como instrumental a exploração capitalista, que concebe a mulher como menos capaz, precarizando ainda mais sua relação de trabalho e autonomia perante a sociedade.

Saffioti (1969) discorre sobre a base econômica do patriarcado em seus estudos sobre gênero, afinal, é de suma importância para o capitalismo a super exploração do trabalho das mulheres. O patriarcado vem como contribuição na opressão das mulheres, pois controla sua capacidade reprodutiva e sua sexualidade. Esse controle tem estado nas mãos dos homens, indo desde sua figura como autoridade central familiar até lideranças políticas privilegiadas que

exercem papéis dominantes em diversas esferas da vida das mulheres, sobretudo na sua exploração pelo trabalho.

Neste sentido, a determinação sexo, enquanto determinação comum, serve às determinações essenciais de cada uma das configurações estruturais histórico-sociais, fornecendo-lhes cobertura, isto é, a aparência necessária, sob a qual se escondem os verdadeiros mecanismos de operação de cada modo específico de produção. Conquanto seja o fator sexo um critério menos conveniente do que o fator raça para a conservação do domínio das camadas privilegiadas, constitui sempre um elemento pelo menos potencialmente discriminador e, portanto, estratificatório. Nesta medida, contribui substancialmente para fornecer aos diferentes tipos de sociedades assentadas sobre a economia de livre iniciativa a camuflagem de que necessitam a fim de amenizarem as tensões sociais por elas geradas e, portanto, de resguardarem sua estrutura de mudanças fatais para o modo de produção vigente ou aceleradoras da transformação interestrutural. (SAFFIOTTI, 1969, p. 139)

É a partir do sistema capitalista que a autora esclarece que a estrutura de poder estabelecida em nossa sociedade corrobora para a marginalização de determinadas classes, naturalizando a marginalização de grandes contingentes humanos para a preservação do domínio das classes privilegiadas e da ordem social vigente. Ainda para autora, critérios irracionais, tais como “debilidade física, a instabilidade emocional e a pequena inteligência femininas” (SAFIOTTI, 1969, p. 140), são constantemente utilizados para manter a mulher no local a ela designado pelo patriarcado; basicamente trabalhos domésticos, equilibrando relações familiares, e respeitando a moral e os bons costumes, a fim de que o trabalho desempenhado por mulheres seja subsidiário ao do homem, marginalizando assim sua capacidade produtiva.

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa. (SAFFIOTTI, 1969, p. 36)

Aproveitando-se do enorme exército industrial de reserva, em que o contingente feminino se faz numeroso, o capitalismo se beneficia da inferiorização das mulheres para se mostrar perverso. Aprofundando a desigualdade entre os sexos e raça, o desenvolvimento do capitalismo se mostra na precarização da condição social das mulheres, impedindo-as de se

emanciparem economicamente, aprofundando as relações de poder e explorando de todas as formas as trabalhadoras.

O capitalismo vem como um mecanismo que traz desvantagens para a situação da mulher nas estruturas de classe, no mercado de trabalho, no papel que desempenha no processo competitivo, e se utiliza de organizações culturais históricas para legitimar atividades como o trabalho doméstico, que é naturalizado como sendo exclusivo da mulher, e se mostra perverso nas condições precárias de trabalho que insere a mulher na modernidade. Além da remuneração reduzida, o baixo prestígio e a subalternização na hierarquia produtiva, as mulheres tiveram sua mão de obra cada vez mais sucateada com as novas modernidades. Apesar do aumento da participação feminina nos espaços ocupados, em comparação a décadas anteriores, este aumento foi meramente quantitativo, pois não houve realmente igualdade nas condições de trabalho.

O aumento da participação feminina no chamado mercado de trabalho não se deu igualmente em todos os setores, em geral, cresceu para as atividades mais precárias dentro do sistema capitalista. (...) O capitalismo se renovou e se expandiu sem que houvesse um avanço qualitativo rumo à emancipação feminina. As mulheres continuam duplamente aprisionadas. Em um sentido, são aprisionadas face à verdadeira deterioração de suas condições de trabalho. Em outro, o aprisionamento advém da falta de uma redefinição de papéis entre homens e mulheres na esfera doméstica. A opressão das mulheres continua sendo para os capitalistas um instrumento que permite gerir o conjunto da força de trabalho. (GONÇALVES, 2011)

Gonçalves (2001) concorda com Saffiotti (1969) quando afirma que a dominação capitalista no sistema de classe acaba não apenas estimulando cada vez mais a reprodução das diferenças de gênero, mas reforçando desigualdades que colocam a mulher em um cenário aparentemente imutável, pois é apenas com a extinção desse modo de reprodução da vida que as mulheres terão sua emancipação plena.

1.1 Sexualidade

Bona Júnior (2011), quando analisa a sexualidade sob a perspectiva da obra de Lukács, apreende-a em uma dimensão que se “reveste de sentido social e se faz central no processo de construção da sociedade” (BONA JÚNIOR, 2011, p. 18). O autor entende que muitas das análises são feitas com base na biologia, colocando-a como processo central na sociedade.

O autor resgata da era cristã os momentos em que o corpo da mulher era silenciado, e esta era tratada como pecadora quando exercia qualquer aspecto de sua sexualidade; ou seja, essa expressão se revestia de um sentido negacionista por meio da repressão e uma inibição

constante do corpo. A partir do século XIX, porém, percebe-se o corpo feminino como meio de força produtiva, afinal, a lógica mercantil exigida à época – que explorava o corpo das mulheres como instrumento de acumulação de riquezas –, corroborava com o modo de produção capitalista – potencializador da barbárie e mantenedora do *status quo*.

Em outro momento (a partir do séc. XIX), valoriza-se o corpo como meio e força produtiva, impondo-se o “dever falar” da sexualidade, em nome da liberação, o que, de forma afirmativa, também se configura uma repressão, pois não deixa de ser um imperativo. Às consciências dos indivíduos restou um misto de interdição moral com afirmação social. (BONA JÚNIOR, 2011, p. 37)

Para o autor, lidar com a dimensão sexual existente no sistema capitalista acarreta na fetichização dos indivíduos. É a partir da industrialização e dos novos fetiches que as mercadorias trazem consigo que se percebe como a liberação sexual dos indivíduos acaba por se transformar em mercado de exploração e de consumo irrefreado. Camuflado por um discurso libertário, tem-se uma das formas mais cruéis de exploração. Permitem-se, então, o consumo e o estímulo de práticas sexuais de maneira ilimitada,

Mas nega-se à sexualidade o desenvolvimento emancipado e central na construção da subjetividade, enquanto dimensão ligada à corporeidade e fundamental no estabelecimento das relações com as pessoas (individualidade) e com o mundo (subjetividade)”. (BONA JÚNIOR, 2011, p. 37)

É por isso que Bona Júnior (2011) pensa a sexualidade em uma perspectiva emancipatória, onde, a partir da teoria e da prática, têm-se, aliadas à educação, a promoção e a apreensão do indivíduo em si, com consciência de seu corpo e de suas relações. Apontar como a corporeidade e suas representações são construídas ao longo dos anos é abrir lugar para que a emancipação dos indivíduos seja o espaço onde estes terão instrumental suficiente para desconstruir estereótipos e representações.

A natureza primeira do ser humano situa-se no nível orgânico do ser. A cultura situa-se no nível social do ser. O corpo, lugar da sexualidade, está marcado por esses dois níveis e é, por assim dizer, a ligação entre ambos. Isto significa que corpo e a sexualidade são compostos ou participam de duas realidades: o primeiro em relação à natureza e a cultura e a segunda em relação à sociedade e o indivíduo. Assim, a autêntica sexualidade deve partir da vivência autônoma da corporeidade do indivíduo, nesse construir-se humano com a natureza, com a cultura, com a sociedade e consigo mesmo por meio do trabalho e do fazer-se sujeito. (BONA JÚNIOR, 2011, p. 39)

A sexualidade, portanto, é uma forma de o ser humano se relacionar consigo mesmo e com a sociedade, é a ponte que possibilita a dialeticidade da construção da personalidade dos

indivíduos, onde este constrói sua subjetividade (BONA JÚNIOR, 2011, p. 37). Ao analisar a obra de Lukács, Bona Júnior (2011) observa que este não centrou seus estudos na subjetividade dos indivíduos, mas, ao argumentar em suas obras sobre isso, apontou que sua composição se dá na centralidade da corporeidade. Dessa forma,

O sexo representa uma dimensão muda, de nível orgânico. A sexualidade está na passagem desse nível à dimensão não mais muda, do ser social. O indivíduo que, subjetiva e eticamente, faz escolhas conscientes a partir de seus atos de trabalho, tem na corporeidade e na sexualidade um importante meio de significar ou orientar tais escolhas. Disso decorre que a superação do mutismo implica no reconhecimento histórico e material de si mesmo, reconhecimento que passa pela consciência das relações que se situam no âmbito da sexualidade. (BONA JÚNIOR, 2011, p. 40)

Louro (2008) traz outra perspectiva ao debate sobre a sexualidade. Para a autora, a sexualidade é vivida de formas diferentes, de acordo com raça, religião, etnia, classe, nacionalidade e geração. Isso porque mulheres de diferentes lugares do mundo e espaços de tempo vivem sua sexualidade de formas distintas, pois são influenciadas por espaços de convívio social – como a igreja, a escola, a família –, os quais são instrumentos de manutenção do processo formativo sociocultural. Para Louro (2008), a construção da sexualidade é formulada a partir de diferentes aprendizados e práticas, e permanece como instrumental de controle e dominação das sociedades contemporâneas.

Hoje, tal como antes, a sexualidade permanece como alvo privilegiado da vigilância e do controle das sociedades. Ampliam-se e diversificam-se suas formas de regulação, multiplicam-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe normas. (...). Há que perceber os modos como se constrói e se reconstrói a posição da normalidade e a posição da diferença, porque, afinal, é disso que se trata. Em outras palavras, é preciso saber quem é reconhecido como sujeito normal, adequado, sadio e quem se diferencia desse sujeito. As noções de norma e de diferença tornaram particularmente relevantes na contemporaneidade. É preciso refletir sobre seus possíveis significados. (LOURO, 2008, p. 21-22)

Segundo Louro (2008), as diferenças não preexistem, elas são atribuídas pelas relações. São, então, impostas a um corpo ou indivíduo quando este é comparado o a outro corpo ou indivíduo. Ou seja, se o referencial de nossa sociedade é o homem branco heterossexual de classe média, qualquer identidade que seja diferente não corresponde ao padrão; e não corresponder ao padrão significa uma posição de não sujeito, é subsumir sua identidade de referência e viver sob práticas reiteradas que não permitem que os sujeitos sejam igualmente considerados na sociedade, em seus jeitos, suas formas de vida, de exercer sua identidade pessoal, de praticar sua sexualidade, de viver.

Dantas (2017) coloca a sexualidade como sendo “expressão da individualidade humana que se apresenta de formas distintas, em diferentes contextos sociais, econômicos, culturais e políticos que determinam a maneira como essa questão foi tratada, analisada e qual sua função e lugar na sociedade” (2017, p. 2). Apesar de a sexualidade ser uma forma de expressar a realidade que o indivíduo vive, não se limita a esta, pois sofre diversas intervenções sociais; o que se concebe é que a sexualidade é determinada por vieses dos momentos históricos hegemônicos vividos em cada período que a sociedade atravessou, ou seja, é uma construção social que atende a interesses econômicos e patriarcais, regulando a sociedade de forma que a manutenção do poder do homem, heterossexual, burguês e masculino, seja hegemônica.

Ao analisar a origem da opressão feminina sob a perspectiva de diversas bibliografias, Dantas (2017) faz um retrospecto dos períodos fundacionais – sociedades tribais, por exemplo, onde não se tinha a opressão de um sexo pelo outro –, quando a sexualidade era livremente vivida por homens e mulheres, buscando a satisfação física como algo natural entre eles. Nesse período, o acesso ao patrimônio socialmente produzido era livre a todos, ou seja, tinha-se um compartilhamento das riquezas sem a relação de exploração de um indivíduo pelo outro, a sexualidade era socialmente aceita e vinculada ao prazer do indivíduo ao ato sexual, não se limitando à mera reprodução dos indivíduos.

É a partir do advento da propriedade privada, do excedente e do lucro que o cenário começa a se modificar, e a liberdade sexual dos indivíduos, em especial das mulheres, começa a se transformar com a criação de novas tecnologias que visavam à produção de riquezas e ao acúmulo de capital, influenciando as relações sociais, que começaram a se transformar quando o excedente foi concentrado na mão de determinados grupos societários – homens –, resultando na formação de classes. Assim, indica que,

Com o advento da propriedade privada, essas transformações se estratificam não apenas nas relações de produção, mas também nas familiares, sexuais e sociais de uma forma geral. A sexualidade, essencialmente a das mulheres, passa a ser mais regulada. Institui-se, então, a monogamia para as mulheres mediante o interesse dos homens sobre a garantia da manutenção da propriedade privada na família. (DANTAS, 2017, p. 4)

Fazendo um paralelo com a obra de Engels (1984) em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, percebe-se que a opressão à mulher não surgiu do nada. Apesar de nas primeiras formas de organização social a divisão do trabalho existir, não havia uma hierarquia baseada no sexo; tudo o que era produzido era propriedade de todos e assim compartilhado.

Foi a partir da agricultura, da criação de animais, do acúmulo de alimentos na produção com a troca de excedentes que a sociedade passou a se dividir em classes. A escravidão foi também instrumento legitimador dessa nova configuração societária e, a partir do momento que existe uma nova categoria de explorado e explorador, o homem passa a exercer um controle maior sobre a mulher, pois agora passa ter posses e “pessoas”, e a mulher passa a ser dependente social e economicamente dele. Usurpam-se os direitos sexuais e básicos das mulheres, aprofundando a opressão baseada no gênero à medida que o homem vai galgando uma posição maior que a mulher perante a família e a sociedade, mudando completamente a base familiar (que antes era baseada na descendência da linhagem feminina e agora se baseia na masculina). Dessa forma,

A derrocada do direito materno foi a grande derrota do sexo feminino na história universal. O homem tomou posse também da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, tal como aparece abertamente sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e mais ainda dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas de mais suaves, mas de modo algum eliminado. (ENGELS, 1984, p. 61)

Analisando-se os escritos de Saffiotti (2015) acerca do patriarcado – sendo este o “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (p. 47) –, identifica-se que o homem passa a controlar a sexualidade, a liberdade e o patrimônio femininos e assume a centralidade do poder social, por meio de privilégios construídos historicamente com objetivo moldar a sociedade cerceando a sexualidade feminina em benefício da masculina.

Para Saffiotti (2015, p. 51), “um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido”. Assim, reprimir a sexualidade faz parte de um projeto histórico-estrutural, no qual, via patriarcado, estabelece-se para as mulheres uma posição de meras reprodutoras de herdeiros, de satisfações sexuais masculinas por meio da exploração, sendo dominadas e exploradas por meio da opressão e da regulação de seus corpos como forma cabal de dominação sobre o gênero feminino.

2 SER MULHER NO CAMPO

A mulher do campo nunca foi alheia ou excluída do trabalho rural porque sempre participou dos processos que envolviam economia de subsistência familiar. Na plantação para comercialização de produtos – em todas as épocas e localidades –, a mulher do campo tem contribuído sistematicamente para a geração de riqueza social.

A partir dos anos 1980, os estudos de Carneiro (1994) trazem a público os efeitos das lutas das mulheres camponesas nos movimentos sociais. Apesar de anteriormente já destacarem presença nos espaços ocupados na luta, sendo representadas pela figura do marido ou de familiares masculinos, essa participação se transforma a partir da década de oitenta, quando mulheres como Margarida Alves e Maria Oneide protagonizam lutas como lideranças dos movimentos rurais, fazendo oposição aos processos de exploração e expropriação. Inicialmente, não se verificava uma reivindicação específica das trabalhadoras rurais sustentadas na sua condição de ser mulher; o que se observavam eram lutas em comum em prol de um único objetivo: a valorização e a proteção do trabalho rural.

A luta das mulheres trabalhadoras rurais do Assentamento Pequeno Willian dialoga diretamente com os movimentos pela luta pela terra, tais como a Marcha das Margaridas, os Encontros Nacionais das Mulheres Sem Terra, consolidando a luta por espaços de resistência e a busca por direitos. É via movimento popular que essas trabalhadoras constroem uma luta política que visa a mobilização e a participação da mulher nos espaços de luta e poder, somando forças a organizações políticas que tenham como bandeira principal a centralidade no protagonismo das mulheres.

O que diferencia hoje o papel da mulher trabalhadora rural na luta e nos processos políticos é a visibilização de sua jornada de trabalho, sendo mãe, esposa e trabalhadora do lar e do campo, englobando diversas identidades (CARNEIRO, 1994). A mulher trabalhadora rural tem seu espaço determinado na estrutura socioeconômica vigente e, mesmo com o deslocamento sutil dos modos de produção, muitas vezes essa transformação não chega à sua realidade cotidiana. Por mais que a mulher tenha transitado do lugar de trabalhadora rural não remunerada para o de assalariada, essa transformação não realocou o papel de subordinação da mulher na hierarquia familiar do campo.

Paulilo (1987), em seu célebre artigo *O peso do trabalho leve*, traz as contradições que a exploração do trabalho feminino tem no ambiente rural, pois este, além de representar uma jornada de trabalho às vezes triplamente maior, ainda é taxado como leve. O que se observa é que a categorização de um trabalho leve ou pesado depende do sexo da pessoa que o

desempenha e das condições de exploração a que a trabalhadora é submetida nas diferentes regiões agrícolas do Brasil. A força de trabalho feminina, além de invisibilizada, é posta como inferior à masculina, tendo sua divisão e remuneração a cargo da responsabilidade do homem; essa remuneração acaba por ser infinitamente menor, mesmo que desempenhe o mesmo papel na produção agrícola.

Dessa forma, a mulher desempenha o mesmo papel do homem na produção e ainda carrega as jornadas de trabalho no lar sendo mãe, cuidando da casa, dos afazeres domésticos, desempenhando o seu trabalho “leve”. O que se observa então, é que o trabalho dito “leve” não tem nada de leve; ele demanda esforço, é exaustivo, cansativo e invisível (PAULILO, 1987). Mas, então, por que existe essa denominação? Por que o uso da terminologia? Porque o trabalho “leve” é realizado por mulheres e crianças.

O motivo dessa classificação vem da ação do patriarcado, que chega ao meio rural mais forte do que nunca, colocando a valorização do homem enquanto figura central da família, como chefe e detentor do poderio familiar, fazendo com que, dessa forma, o trabalho das mulheres do campo fique secundarizado, sendo compreendido como complementar ao do homem, configurando-se como ajuda na formação da renda familiar. “A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (PAULILO, 1987, p. 7).

É a partir desse escopo de reflexões que o trabalho da mulher do campo se percebe para além da deslegitimação no espaço familiar; o trabalho é marginalizado, oprimido e subalternizado em todas as esferas da vida, tendo como instrumento subjugador principal, o patriarcado.

2.1 Assentamento Pequeno Willian

Para contextualizar o território em que as participantes da pesquisa se inserem, apresentaremos mais dados sobre o lugar em que elas vivem. O Assentamento Pequeno Willian (APW) surge da luta pela reforma agrária ensejada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Brasília (MST), em 2004, da ocupação da Fazenda Toca da Raposa, e tem como base a luta histórica pelo direito à terra. O assentamento tem esse nome em homenagem a uma criança chamada Willian, que fazia parte do movimento e veio a óbito aos dois anos por intoxicação por agrotóxicos, após ingerir água contaminada. O APW se localiza na área rural

de Planaltina-DF, especificamente no final da Rodovia DF-128, aproximadamente no km 25, onde se inicia a estrada de terra.

Inicialmente, a ocupação do MST foi na área da Embrapa, território que fica entre Planaltina e Sobradinho; após negociações com o governo, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), a ocupação se realocou para a BR-020, ficando em frente ao Condomínio Alto da Boa Vista, em 2005. A negociação dos órgãos de governo com o movimento foi a alocação nesse espaço (BR-020) por uma semana, para depois irem em definitivo para a área da Fazenda Sálvia. No entanto, esse acordo, que deveria durar poucos dias, perdurou por cinco anos, devido à inércia governamental (DEUS, 2018, p. 29).

A negociação continuou até que a Gerência de Patrimônio da União ofereceu uma área do Governo do Distrito Federal (GDF) em que funcionava o antigo Colégio Agrícola, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) de Planaltina. Foram oferecidos 211 hectares e, como estes pertenciam à União, foram doados ao Incra, e então o processo de assentamento foi efetivamente iniciado. Em 2010, os moradores foram para o APW e, em 2014, receberam o Contrato de Concessão de Uso, de uso probatório, onde se tem a avaliação das famílias e do uso da terra, para depois acontecer o recebimento da escritura definitiva. Atualmente, existem boatos de uma possível titularização da terra – com cada morador tendo sua escritura em seu nome –, mas muitos dos assentados, militantes do MST, não concordam com titularização, pois não se sabe o valor que será cobrado pela terra.

Não se tem um número exato de quantas famílias residem atualmente no APW, pois alguns assentados trouxeram parentes para morarem em sua parcela. Inicialmente, eram 22 famílias assentadas; hoje em dia, são aproximadamente 32 famílias. Cada parcela mede 5,5 hectares, e são produzidos mais de 27 produtos agroecológicos pelo assentamento, bem como criados animais domésticos e para subsistência. O artesanato também é traço forte do APW, que tem uma artesã em quase todos os núcleos familiares. Por não poderem desmatar a terra, em acordo feito com o Incra, as parcelas que eram antigos pastos do IFB – e que já estavam desmatadas – têm mais liberdade de produção. Atualmente, os assentados esperam o Ibram estabelecer um Programa de Ajuste de Conduta, para que seja acordado novo trato para o desmatamento consciente da terra.

O principal acesso à saúde que os moradores do APW têm é por meio da Unidade Básica de Saúde (UBS) 12 – Bica do DER. No entanto, a mobilidade dentro do assentamento é um dos maiores entraves encontrado pelos moradores, que dependem, em sua maioria, de carona

solidária, pois não possuem meios de transporte próprio, e o transporte coletivo não é ofertado à população desse assentamento, pois não chega até a localidade. Sendo assim, seu deslocamento se dá via ônibus escolar, durante o período letivo, que permite locomoção para o centro de Planaltina.

Em 2010, quando o APW foi fundado, a população não possuía acesso a água e luz. Apesar de ter em seu projeto inicial quatro poços para consumo, estes ainda não foram finalizados – apenas um foi iniciado, mas não estava terminado até a finalização deste estudo. Assim, a grande maioria dos moradores capta água por meio de cisternas e poços, o que faz com que a água não seja devidamente tratada. O saneamento é feito via fossas ecológicas, em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A produção agrícola do APW é livre de agrotóxicos, completamente orgânica e organizada pelos preceitos da agroecologia. Os assentados plantam para viver e também para comercializar o fruto de seu plantio em organizações coletivas como a Central de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa). Desde o início do processo de assentamento, as famílias que lá residem foram instruídas pelo processo de formação do MST a ter consciência do projeto agroecológico que a área deveria manter. Esse projeto foi desenvolvido em 2012 pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater) e pelo IFB, em forma de um documento denominado Plano de Desenvolvimento do Assentamento, no qual estudos foram elaborados para fornecer informações acerca do desenvolvimento ambiental, social, e econômico do assentamento.

3 FAZER INTERPROFISSIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) é definida por um “conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde” (PNAB, 2006). Desenvolvida a partir de práticas sanitárias e participativas, constituiu-se como porta de entrada de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) em seus territórios.

Assim, orientada pelos princípios da acessibilidade, da coordenação do cuidado, da integralidade, do vínculo, da responsabilização, da equidade, da humanização, da universalidade e da participação social, a Atenção Básica (AB) se estabelece como estratégia para promoção de saúde de maneira integral, centrada na singularidade dos indivíduos, na redução de danos, e em articulação com as diversas culturas dos territórios em que as populações estão inseridas (PNAB, 2012).

Dessa forma, ao consolidar os princípios doutrinários – universalidade, equidade e integralidade – e operacionais – descentralização dos serviços, regionalização e hierarquização da rede e participação popular – do SUS, a AB possui como ferramenta o vínculo, a continuidade do cuidado e a acessibilidade da população a serviços de qualidade, que garantem aos usuários um serviço de saúde regionalizado, pensado de forma particular para cada região de abrangência, pois cada território tem suas limitações, potencialidades e peculiaridades.

As UBS, Unidades Básicas de Saúde, foram pensadas para serem espaços de fácil acesso e resolutividade para a população usuária, e foram organizadas em um modelo biopsicossocial no qual o indivíduo é pensado para além de sua doença, como um todo, em um processo que restabeleça, proteja e restaure a saúde das famílias, indivíduos e comunidades. É dentro da AB que a Estratégia Saúde da Família (ESF) se estrutura. A ESF foi iniciada em 1994, pelo Ministério da Saúde, com a denominação Programa Saúde da Família (PSF), logo sendo substituída pelo termo Estratégia, pois Programa denota algo com início, meio e fim.

É a partir da democratização da saúde via AB que a ESF se estrutura, tendo como equipe básica: um médico de família e comunidade, enfermeiro, técnico de enfermagem e agentes de saúde. Para além da equipe mínima, a ESF também comporta o Nasf-AB (Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica), criado em 2008, como um núcleo com profissionais de diversas especialidades que servem de apoio para as UBS. Para esse núcleo são encaminhados casos de maior complexidade, que precisem de uma capacidade de resposta e resolutividade maiores.

É a partir da atuação do Nasf-AB, em que se tem a reunião de profissionais de saúde de diversas áreas de saúde – serviço social, psicologia, nutrição, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, educação física, terapia ocupacional, dentre outros –, que busca um cuidado integral e uma intervenção que observe os determinantes de saúde dos pacientes encaminhados, que a prática interprofissional se insere na realidade da atenção à saúde do usuário.

Araújo *et al* (2017) conceitua a interprofissionalidade, caracterizando-a por processos de trabalho reflexivos de cada núcleo profissional, onde a equipe de saúde busca “a resolução de problemas e a negociação nos processos decisórios, a partir da construção de conhecimentos, de forma dialógica e com respeito às singularidades e diferenças dos diversos núcleos de saberes e práticas profissionais” (ARAÚJO *et al*, 2017, p. 602).

Para os autores, alcançar a interprofissionalidade, além de reduzir os custos em saúde, otimiza a qualidade dos atendimentos ofertados, amplia o acesso a atenção à saúde, favorece a prática de colaboração em saúde, estimula a comunicação e a confiança entre profissionais de diferentes áreas, amplia o escopo de atuação, melhora os resultados obtidos e otimiza a produtividade.

É a partir de uma atuação interprofissional em saúde que se otimiza o cuidado em saúde e se busca uma integralidade do cuidado. Registra-se que foi a partir de princípios como a vinculação, a continuidade do cuidado, a acessibilidade dos serviços e a participação social que se fez possível essa pesquisa.

3.1 Covid-19

Foi em Wuhan, província de Hubei, na China, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada acerca de um novo tipo de coronavírus, o SARS-CoV-2, no dia 31 de dezembro de 2019. Tendo como principais sintomas a tosse seca, febre, cansaço, dificuldade respiratória, dor na garganta, coriza e perda de olfato. Ademais, os sintomas tanto podem vir a serem brandos, indo de infecções assintomáticas a pequenos resfriados, como podem evoluir para uma pneumonia severa e quadros respiratórios gravíssimos (Brasil, 2020).

O grupo de maior risco de infecção pelo novo coronavírus são pacientes hipertensos, diabéticos, asmáticos, obesos, e maiores de 60 anos. O tempo de incubação do vírus pode variar entre 1 a 14 dias, tendo, na maioria das vezes, os sintomas iniciados entre o quinto e o sexto dia. A grande maioria dos pacientes, cerca de 80%, recupera-se da infecção sem necessitar de internação hospitalar; porém, cerca de uma em cada seis pessoas infectadas necessitam de atendimento especializado devido à gravidade da dificuldade respiratória (OPAS, 2020).

O principal meio de transmissão do vírus identificado até o momento é a via respiratória, com disseminação por meio de tosses, catarros, gotículas de saliva, apertos de mãos e contaminação de objetos. As primeiras formas de prevenção, impostas pela OMS, foram o isolamento social e cuidados como lavagem das mãos com frequência e o uso de álcool em gel; o uso de máscaras; a higienização de objetos, como celulares, teclados, computadores; e o respeito à distância mínima de dois metros entre as pessoas em locais públicos.

A pandemia da Covid-19 alterou a dinâmica mundial em todos os seus eixos, seja o econômico, social, comercial ou cultural, e seu alastramento interferiu diretamente na forma de as pessoas se relacionarem com o trabalho, na comunicação com a família e com amigos. As medidas de isolamento social recomendadas e decretadas por governantes de todo o Brasil, sendo diversificadas em sua intensidade em cada estado da Federação, determinaram a redução da frota de transportes coletivos e aéreo, fechamento de comércios, trabalho presencial alterado para o remoto, aumento do desemprego, suspensão de semestre letivo em universidades, fechamento de escolas e inserção de modos de ensino de aulas presenciais para aulas virtuais.

Para além da crise de saúde em que se vive, hoje enfrenta-se um problema maior e mais catastrófico mundialmente: o negacionismo. Isso porque, enquanto o número de mortes por Covid-19 no mundo cresce exponencialmente, líderes mundiais ainda insistem em terapias medicamentosas comprovadamente ineficazes, aparecem em público sem máscara, deboçam e caçoam da gravidade da pandemia e se mostram verdadeiros desserviços à população.

Com as milhares de inovações tecnológicas, era de se imaginar que o enfrentamento à Covid-19 seria intenso, e que a adoção de políticas públicas de contenção ao vírus, bem como os estímulos a pesquisa seriam levados a sério. Porém, o que se observou no Brasil foi uma intensa minimização da doença, onde críticas à ciência são tecidas a todo momento, e estimula-se veladamente um movimento antivacina, desrespeita-se o isolamento e não se investe em vacinas e insumos para toda uma população. A crise da Covid-19 vai além da doença: ela é política, social, racial e cultural. Milhares de pessoas já perderam suas vidas, e milhares ainda continuarão morrendo, pois a atuação brasileira no combate à COVID-19 é considerada, internacional e nacionalmente, um fracasso, no que tange aos incentivos governamentais.

4 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada para este estudo foi a pesquisa qualitativa, tendo como foco apreender as compreensões, linguagens e experiências vividas pelas usuárias, de forma a dar sentido e significado às reflexões apresentadas pelas participantes, a partir do instrumento de pesquisa utilizado (MINAYO, 2012). O período de desenvolvimento desse estudo foi de abril/2020 a janeiro/2021.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, esse estudo não teve como foco o quantitativo de entrevistas. Portanto, foram entrevistadas três mulheres residentes no APW, tendo como critérios de inclusão a maioria, a identificação com o gênero feminino e a residência fixa no APW; e, de exclusão, ser do sexo masculino.

O instrumento utilizado para essa pesquisa foi a entrevista aberta, sendo explicado inicialmente às participantes o propósito da pesquisa, e elencados conceitos-chave para melhor compreensão das questões abordadas e tecidas as seguintes perguntas: a) o que você compreende por sexualidade e qual sua relação com sua sexualidade em seu contexto de vida?; b) quais os impactos que o trabalho no campo tem no exercício da sua sexualidade?; c) a Covid-19 mudou sua forma de exercer sua sexualidade?

Um dos instrumentais utilizados para a análise de dados coletados foi a gravação em áudio das falas das entrevistadas, com sua devida autorização, bem como a categorização destas por assuntos abordados, para posterior interpretação e compreensão pela pesquisadora. Os dados recolhidos após as entrevistas foram transferidos para o *software* Microsoft® Excel, para organização dos dados e posterior análise, bem como para evitar a perda de dados.

Primeiramente, foram coletados dados como idade, identificação de gênero, raça/etnia, orientação sexual, grau de escolaridade, renda, número de filhos, estado civil, se é pessoa com deficiência ou não, e tipo de trabalho; esses dados foram colhidos como forma de mapear e apresentar o perfil socioeconômico das participantes da pesquisa.

A partir das respostas às perguntas, cartografaram-se as narrativas relatadas pelas participantes, com o objetivo de identificar categorias que sustentem as respostas, a hipótese e os objetivos deste trabalho, trazendo mais profundidade e qualificação às reflexões (MINAYO e COSTA, 2017). As entrevistas buscaram conhecer em profundidade as entrevistadas e alcançar, por meio de seus discursos, os dados que traçam o mapa da sexualidade, gênero e trabalho no campo, explicitados em suas narrativas e especificidades.

A ordem dos temas não obedece a uma sequência rígida, pois o intuito do pesquisador é acolher as relevâncias e ênfases que o entrevistado dá ao tema. A quantidade de material produzido nesses encontros tende a ser mais denso e a ter um grau de profundidade incomparável em relação questionário e, também ao roteiro semiestruturado (...) Em sua realização, o pesquisador precisa estar muito atento e trabalhar com uma espécie de esquema oculto de pensamento, buscando sempre encontrar os fios relevantes para aprofundar a interlocução. (MINAYO e COSTA, 2017, p.143).

Minayo (2012) ressalta a importância de o pesquisador não ter o trabalho de campo apenas como um objeto de contemplação. Ele é um investigador da realidade que pesquisa e, por tanto, constrói na observação interpretações críticas acerca da narrativa contemplada. Por isso a pesquisa buscou na observação e na escuta atender às indagações, hipótese e objetivos deste estudo, de forma a reunir material empírico para análise.

O processo de tipificação do material recolhido em campo foi composto após sua ordenação, de modo que a transição entre a empiria e a elaboração teórica visasse à não contaminação dos dados, evitando assim, interpretações precipitadas por parte da pesquisadora (MINAYO, 2012).

Os achados da pesquisa foram organizados cartograficamente, a partir dos principais assuntos narrados em resposta a cada pergunta de nosso questionário, para possibilitar os subconjuntos adscritos. Utilizando o conceito de reiteração tratado por Minayo (2012), foi composto o mapa de interpretação das falas em comum enfatizadas pelas entrevistadas, que foram classificadas por tópicos mais relevantes.

Dentro de cada tópico, as questões devem ser tratadas em sua homogeneidade e em suas diferenciações internas. O movimento classificatório que privilegia o sentido do material de campo não deve buscar nele uma verdade essencialista, mas o significado que os entrevistados expressam (MINAYO, 2012, p. 624).

É do latim que a palavra cartografia se origina, tendo como seu significado principal, a expressão “carta escrita”. Para Rosário e Coca (2018), a cartografia, quando utilizada por um pesquisador, assemelha-se ao processo utilizado por um cartógrafo; ou seja, os profissionais se utilizam da observação “detalhada do ambiente/território que querem investigar, exploram caminhos que se multiplicam em busca das especificidades, de diferenças, averiguam as formas que se repetem e as que destoam e, por fim, fazem a descrição cuidadosa do lugar, que vive em transformação” (ROSÁRIO, COCA, 2018, p. 38) e, assim, o pesquisador-cartógrafo interpreta e dá luz à totalidade do processo expresso em um mapa.

Assim, para Rolnik (2016), os mapas e as conexões permitem identificar as particularidades de um cenário, desvendar seus acidentes, suas paisagens e transformações.

Para a autora, a construção desse mapa pelo pesquisador é passível de mudanças, pois este pode ser afetado pelas paisagens, pelos sentimentos, pelas pessoas, pelos movimentos sociais. Por isso, devemos ter um rigor científico, que não exige uma perspectiva rígida na construção do mapa que expõe as informações a que se querem dar forma, mas necessita de observação, cuidado e sensatez, para que não se desvie de seu objetivo, qual seja, olhar para o objeto de estudo observando as suas repetições e, mais atentamente, as suas irregularidades.

Quando se fala em “mapa movente”, significa que o planejamento da pesquisa está sujeito a permanente alteração, levando em conta que não se trata de um planejamento cartesiano, pois são de fato indicativos que nos movem e que vão se constituindo ao longo da pesquisa. Assim, o mapa vai se formando à medida que o campo (espaço e movimento) vai se constituindo aos olhos do cartógrafo, a partir de suas potenciais conexões engendradas pela heterogeneidade, pela multiplicidade e pelas rupturas a-significantes (ROSÁRIO e COCA, 2018, p. 38).

Assim, ao se optar pela cartografia para desenhar informações sobre a sexualidade da mulher do campo, interessa sobretudo expor as percepções das participantes deste estudo; como dito, esses relatos foram coletados por meio de narrativas, evidenciando os cenários sociais que as acompanha neste momento da pandemia de Covid-19.

Nessa perspectiva, o mapa movente, posto por Rosário e Coca (2018, p. 38), contribuiu para compreender os elementos repetitivos, simbólicos e os objetos transitórios que qualificaram as informações sobre o cenário observado. Ademais, a concepção de “mapa movente” permite apontar as comunicações particulares deste momento da pandemia de Covid-19 e deixar registros sobre a subjetividade dos sujeitos que aqui se apresentam para futuras investigações sobre esse tema de sexualidade da mulher do campo.

A seguir, compôs-se uma carta escrita que apresenta a sexualidade da mulher do campo em tempos de Covid-19, inicialmente apresentando o perfil socioeconômico das entrevistadas, seguida da discussão de categorias, tais como: a) patriarcado, instrumentos de opressão e violência de gênero; b) sexualidade; c) jornada de trabalho da mulher do campo; d) Covid-19 e seus impactos na vida do campo.

4.1 Cuidados éticos

Tendo como prioridade máxima a segurança das participantes, medidas de segurança, como o distanciamento social entre entrevistada/entrevistadora, uso de máscaras e higienização

constante das mãos, escolha de local arejado para a entrevista, foram adotadas, bem como outras medidas de resguardo à saúde e integridade física das participantes.

O processo de recrutamento das participantes se deu primeiramente por contato telefônico, no qual os objetivos da pesquisa foram explicitados e relatado como se daria a sua possível participação. Após isso, foi informado que as prováveis participantes teriam um prazo de três dias para que tomassem sua decisão em relação ao aceite ou à recusa da participação; entretanto, todas as participantes responderam instantaneamente ao aceite.

A entrevista foi realizada de forma oral, após firmado o Termo de Autorização para Utilização de Som de Voz e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Todas essas etapas foram realizadas após este estudo ser aprovado no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Escola Fiocruz de Governo (EFG), conforme Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CCAE): 34320920.3.0000.8027 e parecer nº 4.218.037.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, fez-se necessário traçar o perfil socioeconômico das entrevistadas para um melhor entendimento de seu contexto de vida. Portanto, para cumprir com o objetivo da pesquisa, os discursos das participantes serão analisados cartograficamente, mediante os referenciais teóricos descritos anteriormente, que destacam as questões de gênero, patriarcado, sexualidade, relações de trabalho e empoderamento de mulheres do campo, considerando suas especificidades e particularidades

5.1 Perfil socioeconômico das participantes

As idades das participantes foram de 26, 28 e 51 anos. Duas delas estavam atualmente solteiras e uma está divorciada. As três se declararam negras e mulheres cisgênero. Quanto à orientação sexual, duas se declararam bissexuais; uma, heterossexual. Todas as participantes tinham filhos (um filho, três filhos e quatro filhos); o grau de escolaridade não variou muito: duas estavam cursando o ensino superior, e a terceira já era mestre.

Por possuírem um grau de escolaridade elevado vários achados foram observados durante suas narrativas. Todos vinham ao encontro da discussão do papel da mulher da sociedade, como sua existência é reduzida à sua condição de mulher e como sua sexualidade é utilizada como instrumento de opressão.

Quando questionadas se eram pessoas com deficiência, duas disseram que não, e uma, que sim, por doença crônica. A renda mensal média variou bastante na pesquisa: uma participante não soube declarar, pois, apesar de se considerar artesã, produtora cultural e rural, e autônoma, não tem ganhos fixos – e, com a pandemia da Covid-19, seus ganhos estão fragilizados. As outras duas participantes declararam R\$500,00 – trabalhos como diarista e trabalhadora no campo – e R\$2.000,00 – trabalho como vendedora, projetos coparticipantes com MST e trabalho no campo. Até o momento das entrevistas (25/09/2020), nenhuma das participantes havia contraído Covid-19. Essas informações estão demonstradas nas figuras 1, 2, 3 e 4.

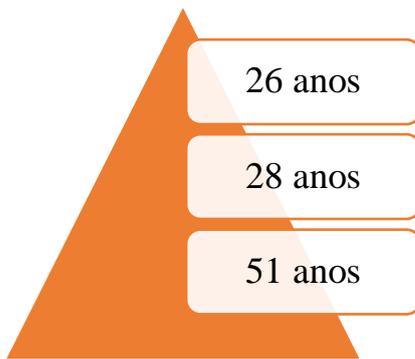


Figura 1— Idade das participantes, 2021

Fonte: A autora

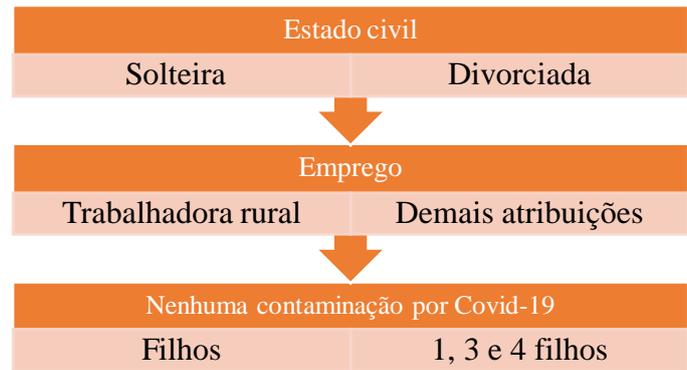


Figura 2 – Estado civil, situação trabalhista, número de filhos e contaminação por Covid-19, 2021

Fonte: A autora

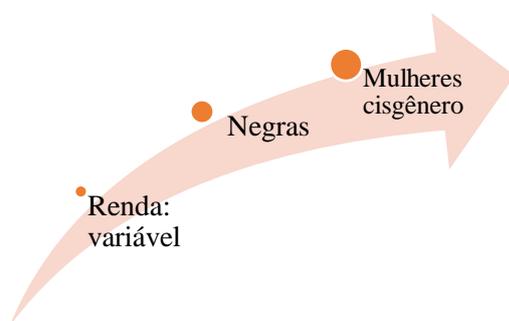


Figura 3 – Situação de renda, raça e gênero, 2021
Fonte: A autora

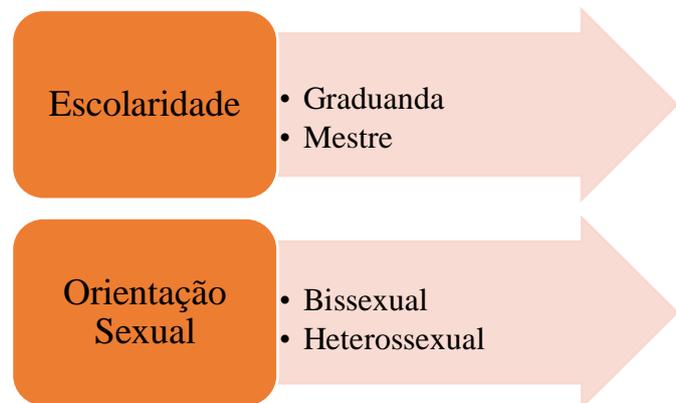


Figura 4 – Grau de escolaridade e orientação sexual, 2021
Fonte: A autora

5.2. Construindo um olhar cartográfico

A partir da análise dos discursos das participantes, no que tange a sexualidade, reverberações do patriarcado no trabalho da mulher do campo e COVID-19 e seus impactos na vida das participantes desta pesquisa, foi possível identificar falas que abarcam categorias como machismo, violência, desigualdade de gênero, dupla jornada de trabalho, e instrumentos de opressão e de luta que essas mulheres encontram em sua caminhada pelo trabalho no campo.

5.2.1 Patriarcado, instrumentos de opressão e violência de gênero

É a partir de Saffiotti (1969) que o debate sobre o sistema capitalista promover a marginalização da mulher no sistema de classes fica cada vez mais profundo. A autora traz que é pelo plano superestrutural que as capacidades femininas são desconsideradas e subalternizadas, tendo sua forma de inserção nesse sistema de produção subjugada, com suas capacidades mentais e físicas questionadas a todo momento em função de seu sexo.

O capitalismo e suas contradições constantes, em que o homem vende sua força de trabalho “livre” e esta é apropriada em forma de lucro pelo detentor dos meios de produção (que se apropria também da mais valia relativa do trabalhador), ilustra que determinados grupos societários têm diferentes privilégios e diferentes formas de inserção na sociedade e na realização plena no modo de produção; mulheres são inferiorizadas e dominadas via um sistema que prega a liberdade formal, mas divide a sociedade em classes, negando a elas, a todo momento, direitos civis, sexuais, e políticos, privilegiando na divisão da sociedade estruturas sociais que colocam o homem em um *status* jurídico desigual em relação às mulheres (Saffiotti, 1964); podemos confirmar essas afirmações nas falas das participantes:

Tem muitas mulheres no campo sentem que não conseguem ter iniciativa de nada, porque o homem não deixa; mas não é porque o homem não deixa, é porque elas não conseguem ter iniciativa. Elas se sentem submissas a eles. Eu fico muito triste as vezes, mas feliz, por eu ter que na cabeça que podemos mudar isso (Participante 1).

Não importa quem você é, importa o que você para a sociedade. Você pode fazer milhões de coisas boas, ser a pessoa melhor do mundo, independente de qualquer coisa que você faz, a sociedade não aceita você vai ser criticada e julgada, e eu me vejo muito nessa parte, nesse julgamento (Participante 2).

Segundo Monteiro (2012), é a partir do processo de colonização que o patriarcado se desenvolve na sociedade brasileira. Quando europeus, com seu projeto colonizador impositivo e violento, exigem por meio da força novos modos de viver e existir (fixando uma nova língua, religião, estrutura social, formas de trabalho e de vida), a sociedade brasileira passa a se organizar seguindo os moldes europeus: a família, a partir de então, é monogâmica, biparental e patriarcal.

É nesse momento que a manutenção da estrutura patriarcal se faz presente na realidade brasileira, que passa a superexplorar o trabalho indígena (em especial o feminino), e o africano. Para a autora, o objetivo dessa exploração não estava apenas no campo econômico, mas também no religioso, pois as missões jesuítas vinham fortemente preparadas para cercear e impor o modelo tradicional de famílias europeias, conforme imposição e conveniência de um grupo

dominante (homens), onde a mulher (branca) deveria seguir os costumes e a moral europeus (mito da boa mãe), enquanto a mulher preta e a indígena eram hipersexualizadas e demonizadas, pois não tiveram sua existência legitimada; essa análise pode ser corroborada pelas nossas participantes deste estudo:

As titulares das terras, são as mulheres, mas não porque foi determinado pelos homens. Foi o MST que decidiu que fosse assim porque antigamente os homens pegavam a terra e botava a mulher para ir embora. (...). Então para não correr, para a mulher não ficar com a mão na frente e outra atrás, e com filhos, o homem simplesmente vender a terra e ir embora, as titulares são as mulheres (Participante 2).

A hierarquia entre homens e mulheres tem como sustentáculo um sistema patriarcal, onde relações desiguais de poder são fortalecidas por um sistema econômico que oprime e mina a luta pela equidade de gênero, colocando a mulher em um espaço de reprodução e manutenção da estrutura de classes que impõe restrições à emancipação feminina por meio de subjugações no meio político e do trabalho. Estabelece-se, assim, um reforço ao papel da mulher no espaço do lar, inferiorizando sua existência e dispensando suas lutas por igualdade de direitos. É via instrumentos opressores como a religião, a política, a propriedade privada, a cultura, o racismo, a divisão sexual do trabalho que a legitimação do papel da mulher como sendo inferior na sociedade se fundamenta; essa fundamentação repercute na vida das mulheres do campo pelas vozes de nossas participantes, que indicam as situações de opressão do homem sobre a mulher, quando avaliam que:

A gente vai tentando mudar [o patriarcado] mas a mudança é tão lenta que a gente passa por isso [mulheres], muda mais rápido que o tempo consegue conciliar isso tudo. As pessoas que fazem, acham que estão na razão. É uma venda, só querem enxergar isso, as pessoas não mudam, não querem mudar. ‘Aprendi assim, a mulher tem que ser assim, e se não for assim ela não presta. E isso passa para os filhos, e vai de geração em geração (Participante 2).

A mulher nasceu para ser oprimida. Nasceu oprimida, nasceu submissa, tem todas as formas de amarras para aprisionar a mulher, para colocar ela naquele lugar. Tem a religião para conduzir e colocar a mulher naquele local de submissão, a própria sociedade, a desigualdade social, a gente não consegue.... Mesmo que você seja a melhor no que você faz, você tem que fazer muito mais para ter um reconhecimento (Participante 3).

É a partir da feminização do trabalho da mulher que se tem o sustentáculo de uma economia domesticamente organizada, que possui na estrutura patriarcal um meio de assegurar a produção e a reprodução do capital, tanto na esfera privada (na reprodução das opressões sociais nos meios da família, comunidade e sociedade) como na esfera pública (nos baixos

salários, na sobreposição de funções, na subordinação da mulher na hierarquia social, na divisão sexual do trabalho, na precarização e exploração do trabalho da mulher).

Para Dantas e Cisne (2017), o regime patriarcal é também político e sexual, pois, além de tornar as mulheres objetos de satisfação sexual masculina, também as transforma em trabalhadoras superexploradas e em reprodutoras de novos herdeiros e herdeiras (as quais se tornarão no futuro meras reprodutoras também); ele também cria um pacto social que estabelece um acesso ininterrupto ao corpo feminino, seja para praticar todo tipo de violência, seja para seu bel-prazer. O exemplo trazido pelas autoras se mostra no Código Civil brasileiro de 1996, segundo o qual o homem tinha direito pátrio sobre a mulher, cabendo a ele limitar e cercear seus direitos civis, reprodutores e trabalhistas, pois cabia ao marido autorizar qualquer ato ou decisão da mulher. Para além disso, elas também fazem um retrospecto do Código Penal Brasileiro, onde a mulher tem seus direitos reprodutivos controlados por legisladores homens, afinal, ao decidir se porventura quer ou não seguir com uma gestação, tem sua decisão criminalizada. Como vemos, essas situações se perpetua no cotidiano, quando as participantes desse estudo observam, que:

São muitas correntes a serem quebradas, muita opressão, muita desigualdade, muita repressão. (...) Se pararmos para falar, tudo começa no nosso núcleo familiar, que é organizado com a mulher tendo sua formação de criança. Essa foi a formação que eu vivi, mas não a que eu passei para os meus filhos, que é: isso é coisa de mulher e isso não, isso é coisa de menina e isso não. Eu sou da década de sessenta, e eu queria jogar futebol, [e falavam] isso não é coisa de mulher, é de homem. Então uma das bandeiras que me levou a romper com o que era posto na época, é que eu queria jogar futebol! E pra isso eu fui morar sozinha, com 15 anos de idade (Participante 3).

Para Saffiotti (2015), não podemos dissociar a categoria gênero do patriarcado, pois esse sozinho não dá conta de explicar todas as relações de poder, considerando apenas relações sociais entre homens-homens, mulheres-mulheres e homens-mulheres. Isso porque, para a autora, o gênero analisado sozinho seria um termo generalista e multívoco; ele precisa estar associado às relações de poder, de exploração e dominação, para que a hierarquia entre homens e mulheres não seja neutralizada.

Para isso, a autora cunhou a expressão “*ordem patriarcal de gênero*”, pela qual se percebe que as relações sociais de gênero devem ser analisadas sob a ótica da hegemonia do patriarcado, tendo como vetor principal a primazia da opressão masculina como potencializadora da marginalização da mulher perante a ordem societária capitalista, não podendo a análise do gênero ser dissociada do patriarcado (Saffiotti, 2015). Essa situação é observada diretamente nas respostas das participantes desse estudo, que relatam que:

Patriarcado está em todos os lugares que a gente vai. Fui eu e uma amiga para um bar, não fomos atendidas. Duvido que se tivesse um homem com a gente, se não tinham vindo atender. Tivemos essa reflexão no local. É nas pequenas coisas e nos pequenos gestos que vemos o machismo. Eu preciso estar acompanhada de um homem para ser valorizada, ou melhor, ser respeitada? (...) É uma luta cotidiana, de todo dia (Participante 1).

A gente sofre mais do que os homens. Os homens ficam com várias mulheres e são garanhões. A mulher fica com dois homens e já não presta. (...) A mulher carrega o mundo nas costas e não presta. Por isso que eu parei de ligar para o que os outros pensam. (...) Esse fardo que a mulher carrega, é patriarcal. É desde a época que a mulher era submissa ao homem, que ela tinha que aceitar. Até hoje tem homens que tem essa dificuldade de entender e processar que nós estamos em 2020, *vamo* acordar (Participante 2).

É a partir do patriarcado que relações assimétricas de poder são estabelecidas entre homens e mulheres; é a partir dessas relações desiguais, em que se naturaliza a dominação-exploração das mulheres pelos homens, que conflitos são postos em função das estruturas de poder baseadas na opressão e na violência. É por meio do machismo e do patriarcado que corpos femininos são punidos e dominados.

Aqui dentro do Assentamento mesmo, o machismo é imenso. Você vai pedir um carrinho adubo no vizinho, e o vizinho não tem... Mas isso aí não é porque ele não têm, é porque não quer dar. Porque se fosse um homem indo lá buscar, aí ele dava. (...) Ah ela não dá conta... Já falaram isso para minha mãe quando ela veio para cá. Não dá conta de que? Só por que é mulher que não dá conta? Nossa, o machismo é em todo canto. Em todo canto tem esse pensamento (Participante 1).

Quando homens detêm perante a sociedade o poder de dominar categorias consideradas inferiores, a violência se torna instrumento para perpetuar relações dominantes e desiguais; é a partir da violência contra mulher – violência essa que opera legitimada pela estrutura que coloca como suprema a masculinidade, determinando suas condutas, sua forma de se portar, agir, e tratar as mulheres – que milhares de mulheres são vítimas de feminicídios, de agressões por seus parceiros, de violência doméstica, de estupros, e de todos os tipos de violências. É por essa via que corpos femininos são violados cotidianamente, que mulheres são agredidas por figuras masculinas que demonstram seu poder por meio da força e do pressuposto que mulheres são inferiores, frágeis e submissas.

As masculinidades são construídas baseadas na supremacia masculina, pautadas na ideia de que os homens têm poder irrestrito sobre as mulheres, podendo determinar suas condutas, suas ações e seus pensamentos. Homens devem sempre ser potentes, demonstrando seu poder cotidianamente frente a seus pares, reforçando a supremacia masculina. Quando isso é colocado em xeque pela contestação e pela resistência

feminina, recorre-se à violência como demonstração de força e como forma pedagógica de educar os corpos femininos (SILVA, 2019, p. 19).

Depois que minha filha nasceu, que eu bati o pé e falei que não queria ele na minha casa [ex companheiro, pai de sua filha], ele não me respeitou, ele achou que poderia ficar (...) Isso me chocou, foi a primeira vez que eu passei por isso, que um homem me peita dessa forma. Eu me sustento, eu cuido dos meus filhos, o cara não faz *porr** nenhuma e acha que tem o direito de comandar a minha vida. Isso me machucou terrivelmente. (...) A minha forma de me manter no meu lugar, de me manter com meu direito, eu não abro mais a boca para ele. Eu deixo ele me xingar, ele vai embora, no outro dia tá na minha porta como se nada tivesse acontecido. Ele acha que tem direito, independente do que eu faça. Quando minha mãe e meu irmão peitaram ele, ele não falou nada. É porque eu sou mulher solteira. É porque eu não tenho ninguém para me defender (Participante 2).

É a partir desse retrospecto histórico que se percebe como a sociedade brasileira se organiza na contemporaneidade, pois é pelos pilares da família, da religiosidade, da opressão e da exploração que a violência se faz presente estruturalmente nos lares brasileiros. A violência de gênero é consequência da naturalização da subalternização das mulheres, uma vez que, na hierarquia opressora, homens se sentem no direito de matar, agredir, estuprar e perpetuar todo tipo de violência, por possuírem um local superior ao da mulher na sociedade; é via reprodução desse sistema que homens dominam as relações cotidianas entre homens e mulheres, exercendo seu poder.

Trabalhar fichada eu só trabalhei uma vez em obras. Dentro dessa obra os homens queriam que você se deitasse com eles para você manter sua posição ou subir nela. Então você não tinha respeito dentro da obra, mulher não tinha respeito. Ela não é obrigada a ceder, mas é sempre pressionada para que ela acabe saindo, ou eles te derrubam (Participante 2).

Saffiotti (2001) explica que a violência de gênero é um conceito amplo, que envolve relações violentas entre pessoas de ambos os sexos e contra crianças e adolescentes – apesar de, por vivermos em uma sociedade patriarcal, a maioria esmagadora das estatísticas faz com que o homem assuma o papel de sujeito violento. Isso significa que homens que desafiam os padrões da sociedade, indo contra as determinações de papéis sociais que colocam os indivíduos no campo do masculino e do feminino, também podem ser vítimas de violência de gênero.

Para a autora, a violência ocorre quando “no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio” (SAFFIOTTI, 20, p. 15). Ou seja, mesmo quando a vítima não tem a intenção de ir contra normas sociais patriarcais, o homem encontra legitimidade em sua dominação-exploração por ter a violência como instrumento opressor, utilizando-se desta para executar o projeto patriarcal.

Assim, apreendemos neste estudo uma exposição dessa violência, quando trazemos a público esse depoimento de que:

A violência é construída dentro do meu lar, desde a infância. Quando eu fui crescer, com 15/16 anos, viramos para o meu pai, eu e meu irmão, e falamos que ele não podia mais bater na minha mãe, se não a gente ia ter que matar ele. Ai que foi que a violência diminuiu dentro de casa. Só que aí, eu vi essa violência embutida dentro dos meus irmãos, por mais que digam que não, é uma violência estruturada. Mas assim, eu fui criada nesse ambiente, e não sou violenta (Participante 2).

Saffiotti (2001), ao diferenciar violência de gênero, violência doméstica, violência intrafamiliar e violência contra mulheres, explica por que é necessário que essas violências sejam distinguidas uma da outra. Para a autora, violência doméstica não se restringe à consanguinidade e não tem agressor definido, podendo as mulheres serem possíveis agressoras também, mesmo que agressões físicas e sexuais de mulheres contra homens sejam inabituais; ocorre que, nesse tipo de violência, tem-se também a violência moral, psicológica, verbal, patrimonial, entre tantas outras que constituem um cenário possível de ser praticado contra homens, crianças e adolescentes.

Como seu locus privilegiado é o espaço doméstico, embora não se restrinja a ele, permite a aplicação do velho adágio “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, de trágicas consequências, já que o Estado justifica facilmente sua não-intervenção no espaço privado. Note-se que este espaço privado é concebido não apenas territorialmente, como também simbolicamente, o que confere aos homens o direito de exercer seu poder sobre as mulheres mesmo que estas já se hajam deles separado (SAFFIOTTI, 2001, p. 134).

Já a violência intrafamiliar, para autora, apresenta muitas vezes sobreposição da violência doméstica, pois são os laços parentais e por afinidade que a caracterizam. A violência contra mulheres por sua vez, engloba exclusivamente vítimas mulheres, em qualquer momento ou etapa de suas vidas. Ela se caracteriza por excluir os homens, e se mostra presente em diversos cenários de nossa sociedade, como os trazidos em depoimento por nossas participantes. É a partir do papel social que o homem ocupa na sociedade, da identidade opressora que sua figura carrega, que a desproporcionalidade de violências cometidas por homens e mulheres se configura. A violência contra a mulher é um produto social consequente da sociedade patriarcal, onde se tem uma violação de direitos e da integralidade da mulher nos espaços públicos e privados, nos quais todo tipo de violência é legitimada pelo sistema.

Depois que eu comecei a me relacionar com outras pessoas, ele começou a bater na minha porta me xingando, querendo minha filha. Aguentei um ano. Para ele parar com

os xingamentos e com os palavreados olha o que que eu fiz: tive que falar para ele para minha filha ficar uma semana com ele, uma semana comigo. Não bata mais na minha porta. (Participante 2).

É importante ressaltarmos que as três entrevistadas se declararam mulheres negras e, por isso, em se tratando de violência, devemos ressaltar a particularidade da violência contra mulheres pretas. Estas fazem parte da população de mulheres no Brasil que são vítimas de 60% dos feminicídios, fazem parte dos 52% que são estuprados, dos 50% das vítimas de violência doméstica e dos 75% que foram assassinados no primeiro semestre de 2020 (Portal G1, 2020).

Esses dados mostram que a violência de gênero no Brasil tem uma raça predominante, e que ela é a negra. Mesmo com mecanismos coibidores, como a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015), homens ainda se acham detentores do corpo feminino e, quando esse corpo é o corpo negro, o abuso é reiterado e as leis são desrespeitadas. Ou seja, mesmo tendo instrumentos legais que deveriam proteger a mulher, o Estado e a cultura reforçam os valores históricos patriarcais.

As mulheres negras, desde a época escravocrata, tiveram seus corpos coisificados, sua existência invisibilizada e sua vida mercantilizada. Mesmo hoje, após a escravidão, elas ainda têm sua humanidade descaracterizada e sua exploração intensificada; afinal, os abusos cometidos contra mulheres negras são brutais, pois elas não se encaixam nos parâmetros de fragilidade e de estereótipos que a mulher branca, que tem como privilégio o ideário feminino baseada em sua aparência.

É a mulher negra que desde a infância precisa largar sua vida, seus estudos e seus sonhos para ajudar no sustento de casa, em trabalhos pesados, em trabalhos domésticos, sempre a serviço das mulheres e homens brancos. Além de serem consideradas mão de obra mais barata e mais fácil de ser explorada, são facilmente substituídas e vítimas de opressões no mercado de trabalho. As desigualdades de gênero e o patriarcado são cruéis com todos os tipos de mulheres, mas a opressão é exponencialmente maior com mulheres negras, como relatado pelas participantes, pois têm como instrumento de opressão o machismo, a violência, e o racismo, que as desumaniza e as coisifica. Não há libertação plena do patriarcado sem que haja uma destruição do racismo estrutural da sociedade.

5.2.2 Sexualidade

Por muito tempo, o debate em torno da sexualidade dos corpos se resumiu ao sexo, ao ato sexual em si e à busca por prazer. Sexualidade, entretanto, está para além do aspecto biológico do ser e não pode ser reduzida à genitália do indivíduo. Ela é resultado de inúmeros processos históricos, que têm muitas vezes como instrumento impositivo práticas culturalmente determinadas (HEILBORN, 2003).

Heilborn (2003) traz uma discussão entre gênero e classe social que problematiza os efeitos da desigualdade na forma com que os indivíduos se relacionam na vida sexual, na reprodutividade, nos cuidados com o corpo, e na saúde de modo geral. Vinda de uma premissa histórica, onde papéis de gênero são delimitados pelo cenário que o homem ou a mulher ocupam na sociedade, essa discussão propõe que “os homens cuidam-se menos que as mulheres; e, quando estão nas posições superiores da hierarquia social, cuidam-se mais do que os outros homens, nos segmentos menos favorecidos”. A autora discorre sobre as nuances da expressão da sexualidade entre os gêneros e sua correlação com a estrutura de classes (Heilborn, 2003, p. 199).

Traçar um debate sobre gênero, sexualidade e classe social é imprescindível, até porque o acesso dos sujeitos às informações referentes a seus corpos e a sua saúde está ligado diretamente às posições que ocupam na estrutura social.

Os sujeitos estão marcados por condições sociais distintas. Nelas se entrelaçam as determinações de classe, gênero, etnia, faixa etária, posição no ciclo reprodutivo, afiliação religiosa, capital cultural e educacional. Esta lista de itens constitui a moldura que fabrica e encerra as condições de existência e produz a experiência social, o que significa as marcas produzidas nos sujeitos por sua inserção em diferentes critérios de classificação social, condição que determina sua apreensão do mundo e as vicissitudes de sua trajetória existencial (HEILBORN, 2003, p. 199).

Sexualidade a gente entende muito falando sobre sexo, mas com o tempo a gente vai vendo que não é só isso. Eu acho muito difícil. Quando eu era criança, eu sempre quis ser homem, porque eu me identifico em soltar pipa, essas coisas que homem fazia sabe? Minha mãe me apelidou até de Maria Machão na época, porque eu gostava de fazer coisas com os meninos (Participante 2).

É concordando com Lima (2008), quando esta traz que a construção da sexualidade se faz por meio de inúmeras aprendizagem e práticas, e que são construídas historicamente, que se percebe que instituições como a família, a religião, a estrutura política-cultural que vivemos, fazem-se estruturais no lugar que a mulher ocupa e exerce sua sexualidade. A ela é ditado o que vestir, como se portar, como andar, falar, quando se casar – porque a mulher deve se casar,

afinal, para o patriarcado, quando a mulher não cumpre suas obrigações como mãe e esposa de um homem, não tem sua existência plena na sociedade, uma vez que seu papel se reduz a isso, em uma imposição quase que soberana em seu modo de viver e existir.

Essas pressões reverberam-se com o auxílio das mídias digitais, da pressão estética, de um ideário de perfeição que deve ser atingido tanto fisicamente quanto intelectualmente, em que a mulher colocada como ideário – e mesmo essa, que é, nos moldes do capital, o modelo a ser seguido, sofre pelas diretrizes da exploração masculina –, segue um padrão que lhe ensina ao longo dos séculos a quais campos tradicionais do viver deve seguir, colocando mesmo em novos espaços e tempo, uma cultura autoritária que perpassa as transformações societárias e se faz indispensável para manutenção da ordem masculina. Aquelas que não seguem esses moldes e desafiam o autoritarismo imposto têm sua existência reduzida e sua fala marginalizada (Lima, 2008).

A forma que a sociedade é constituída faz com que nós mulheres sejamos aprisionadas. A busca pela liberdade, é pela liberdade de poder ser. Que relaciona o ser mulher só com a sexualidade, com a questão sexual em si... E eu relaciono o ser mulher com poder ser humano que nasceu do sexo feminino, uma mulher na sua totalidade, que pode desenvolver tudo que eu desejar, tudo que eu ter vontade, ocupar os espaços que eu queira ocupar, sendo o que eu sou (Participante 3).

A comunidade, a sociedade ainda não aceita [ficar com mulheres] ainda tem esses impasses. Só que eu não vou muito pelo que os outros dizem, eu ainda não me conheço sexualmente. Tanto nessa parte, quanto na outra, de ter capacidade de fazer coisas o que muitos homens fazem, o que muitos não dariam conta de fazer; eu me sinto muito forte, mas as vezes eu me sinto frágil (Participante 2).

Exercer a própria sexualidade é privilégio de poucos grupos na sociedade, que é regulada, tem suas normas ditadas e, apesar de se construir e reconstruir em diversos momentos, ainda mantém uma posição de normalidade e diferença, que faz com que os indivíduos que não estejam nesse padrão não sejam reconhecidos como um sujeito de direitos, como um indivíduo dito adequado.

Portanto, antes de simplesmente assumir noções dadas de normalidade e de diferença, parece produtivo refletir sobre os processos de inscrição dessas marcas. Não se trata de negar a materialidade dos corpos, mas sim de assumir que é no interior da cultura e de uma cultura específica que características materiais adquirem significados (LIMA, 2008, p. 22).

Percebeu-se no discurso das participantes a falta que a liberdade e a emancipação feminina fazem no exercer da sexualidade das mulheres. Quando Bona Júnior (2011) traz que, quando o indivíduo que se emancipa, percebe-se como um ser histórico, este concebe que sua essência é moldada e construída a partir do trabalho; que seu corpo transforma o mundo material

que vive “ao mesmo tempo em que constrói a subjetividade necessária à sua participação no nível ontológico mais elevado, o nível do ser social” (Bona Júnior, 2011, p. 29).

Abandonando as concepções idealistas que compreendem a essência humana no âmbito da espiritualidade, o indivíduo emancipado percebe-se como ser histórico, cuja essência é social e se constrói pelo trabalho. Em outras palavras, percebe-se como ser que não está dividido em corpo e alma, mas que possui um corpo que, nos limites de sua materialidade, trabalha e transforma o mundo ao mesmo tempo em que constrói a subjetividade necessária à sua participação no nível ontológico mais elevado, o nível do ser social. É justamente na consciência do corpo próprio que age e desenvolve a essência humana ao mesmo tempo em que se relaciona com o outro que se desenvolve a sexualidade (BONA JUNIOR, 2011, p. 29).

Duas das três participantes se declararam bissexuais. A partir das reflexões e análises de Dantas (2017), percebe-se que o acúmulo de riquezas influenciou diretamente nas práticas religiosas que condenavam comportamentos que fossem discrepantes da relação homem e mulher. Isso porque as crenças religiosas passaram a seguir um padrão de monoteísmo patriarcal, em um cenário no qual o deus em que todos acreditavam se entendia por uma figura masculina e onde se tinha como necessária para a manutenção do poder da igreja e de suas posses um controle dos desejos e vontades dos indivíduos.

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, como passado e com o futuro - em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. Aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é a ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria ideia de vida social organizada (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 42).

A sexualidade passou a ter um significado social negativo, ou seja, não se tinha mais liberdade sexual na ordem patriarcal vigente; o padrão estabelecido tinha como regra a monogamia dominada pelo homem, e “isso repercute fortemente nas regulações e proibições à homossexualidade, feminina e masculina, centralmente, porque estas relações, inicialmente, não produzem herdeiros diretamente para a garantia da reprodução da propriedade privada” (DANTAS, 2017, p. 6). O que se percebe, então, é uma sexualidade controlada e construída por um padrão definido por terceiros, por pessoas que, em nome do poderio econômico e social, não permitiam discrepâncias de vontades e desejos, condenando e oprimindo – até hoje – aqueles que se permitem viver fora do padrão patriarcal estabelecido.

Ainda vejo minha sexualidade muito aprisionada, eu venho na busca da libertação do meu ser mulher, de tudo que me aprisiona como ser humano. (...) São várias correntes a serem quebradas; muitas já foram, mas muitas estão ainda nesse contexto de serem rompidas, ressignificadas, a minha sexualidade hoje eu vejo ela nesse processo, na transição para libertação, na busca da libertação, na busca em poder viver intensamente na totalidade que eu sou (Participante 3).

Percebe-se no discurso das participantes a vontade de poder exercer sua sexualidade de forma plena, livre, de poder ser quem se quer ser, sem precisar se preocupar com os padrões pré-estabelecidos na sociedade. Em suas narrativas, as participantes entrevistadas por diversas vezes citaram as opressões sociais que se faziam presente na forma de exercer sua sexualidade. Seja em seus relacionamentos com terceiros, seja na manutenção de suas famílias, seja na centralidade da mulher, as proibições e regulações que o patriarcado pratica afetam diretamente a sexualidade.

(...) A gente nasce para ficar com homem... Será que com mulher não daria mais certo? Eu não paro com homem nenhum, tenho filhos de pais diferentes. Homem nenhum para comigo. Vou arranjar uma mulher, mas nunca cheguei a ficar com mulher, nunca tive essa coragem, ou não sei, as vezes não chegou a hora (Participante 2).

O que se percebe é que sentimentos, vontades e desejos ainda são muito reprimidos pelas próprias mulheres, pelo medo e pela culpa impostos pela opressão masculina. Muitas ainda não conseguiram se ver livres do controle patriarcal, e ir contra o padrão heterossexual é passível de ódio, de violência, de repulsa pela sociedade. Em busca da manutenção da ordem, o natural é a mulher nascer, crescer, ser a esposa ideal, a mãe dedicada, a trabalhadora não remunerada do lar, e ter sua sexualidade vivida em função das vontades do marido. É reproduzir a ordem patriarcal nos rígidos limites da família monogâmica, é centrar suas relações na dominação do homem, é se conformar que a heterossexualidade é o padrão, e que qualquer relacionamento fora disso é legítimo de ser alvo de discriminações e repúdio perante a sociedade.

Nesse sentido, a imposição sociocultural da heterossexualidade tem bases materiais e ideológicas, sustentada por um sistema ideológico e material, instituída social e historicamente como verdade inquestionável e prática natural, reproduzindo-se em todas as dimensões da vida social. As demais orientações sexuais (lesbianidade, bissexualidade e homossexualidade) e demais identidades de gênero (travestilidade e transexualidade), que divergem do padrão sociocultural do feminino e masculino, são taxados de anormais, impuros, antinaturais, porque põem em xeque os dogmas sociais da sociedade patriarcal capitalista. Portanto, a heterossexualidade compulsória é fruto de uma construção histórica e social determinada pelo interesse patriarcal de manutenção do poder masculino e heterossexual sobre as mulheres e os LGBT's (DANTAS, 2017, p. 9).

Quando homens se sentem no direito de controlar direitos sexuais femininos, de decidir política e ideologicamente o que é exercer um padrão feminino de sexualidade, tem-se uma sociedade que persegue os desiguais e que condena socialmente a sexualidade dos sujeitos, não permitindo que mulheres escolham seus parceiros ou parceiras com base em seus desejos e vontades.

A história explícita no decorrer dos séculos quão regulada é a sexualidade dos sujeitos, em especial das mulheres. Essas regulações atendem a interesses patriarcais, racistas e capitalistas. É pelo enraizamento social que se tem a base material para a reprodução e naturalização do que é feminino e do que é masculino; é via patriarcado que preconceitos contra população LGBTQIA+ são legitimados e perpetuados, colocando a heterossexualidade como compulsória, como única prática a ser seguida para a não condenação da sociedade. Romper com essas condutas consideradas naturais é afrontar o poder patriarcal que regula a vida e a sexualidade dos indivíduos.

Dantas (2017) relata que é nesse contexto que os preconceitos contra a população LGBTQIA+ são cristalizados, “por esta ser divergente da heterossexualidade compulsória e, portanto, romper, em alguma medida, com as práticas tidas como ‘naturais’ e por afrontar o poder patriarcal de controle da vida e da sexualidade dos sujeitos” (DANTAS, 2017, p. 10). É por isso que, para o autor, a única alternativa possível é a luta coletiva organizada. É via organização política que homens e mulheres devem transformar a realidade em que vivem, lutando contra essa ordem societária machista, racista, capitalista e lgbtfóbica; é com uma nova ordem societária, livre de opressões, que a liberdade plena seria alcançada.

5.2.3 Dupla jornada de trabalho da mulher do campo

Foi na França que o termo divisão sexual do trabalho teve seus conceitos divididos em duas acepções, segundo Hirata e Kergoat (2007). A primeira, é a perspectiva sociográfica, onde se busca analisar como essa divisão se comporta no mercado de trabalho, como homens e mulheres têm seu tempo e espaço diferenciados apenas em função do sexo. Essa acepção analisa também como o trabalho doméstico se associa a essa divisão.

Para os autores, deve-se ir além da constatação destas desigualdades. É necessário que se problematize a sistematização dessas desigualdades, propondo reflexões de como a sociedade em que vivemos cria um sistema de gênero pautado na hierarquia de funções estabelecidas, em que homens e mulheres são colocados em determinados lugares, única e exclusivamente em função de seu sexo. Queria-se, então, repensar a categoria trabalho, de modo

que o trabalho doméstico, por exemplo, fosse incluído e considerado efetivamente como trabalho (pois para muitos por não ser reconhecido ou remunerado, não se configura como trabalho).

Na ordem social capitalista, o que se observa é uma apropriação do trabalho das mulheres, principalmente daquelas em maior vulnerabilidade social, em todas as esferas de vida, de modo que desempenham jornadas de trabalho extensivas e exaustivas, com uma remuneração inferior e com uma carga horária sem regulação, tendo o usufruto do seu trabalho apropriado por terceiros (homens). Tem-se então, uma divisão sexual do trabalho dentro e fora da esfera privada, pois a mulher, além de ter sua força de trabalho duplamente explorada, tem essa exploração legitimada pela base estrutural de poder do patriarcado, que perpassa a religião, a cultura, a sociedade civil e o Estado.

A partir do movimento de mulheres, a consciência de exploração via trabalho doméstico foi tomada pelo coletivo de trabalhadoras. Tinha-se uma quantidade enorme de trabalho executada gratuitamente, invisibilizada e subalternizada, que deveria ser realizada em função do afeto, da obrigação de ser mãe e esposa, da natureza, do ser mulher. A naturalização desse trabalho não reconhecido se desdobrou em uma perspectiva histórica e social, onde se tem a designação do trabalho produtivo aos homens e a esfera reprodutiva às mulheres (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 599).

O trabalho da mulher é muito desigual, porque trabalhamos, muito! Desde a cinco da manhã, até à meia noite, que está todo mundo descansando, e a mulher amarrando produto para ser vendido... adiantando as coisas para o outro dia, para ela poder trabalhar... Eu resumo isso: o trabalho da mulher no meio rural, é totalmente invisibilizado. (...) Não é uma dupla jornada de trabalho, são múltiplas jornadas. (Participante 3).

Tem-se uma tomada de poder e de funções com maiores valores sociais pelos homens e uma divisão sexual explícita, onde se separa o que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher. Quanto vale cada um destes trabalhos, designados por sexo? No trabalho masculino, existe maior remuneração, reconhecimento e legitimação; no trabalho feminino, uma naturalização da redução da mulher ao seu destino natural, que é ter sua existência reduzida a exploração masculina (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 599).

Para além da dupla jornada de trabalho feminina ininterrupta, as condições de trabalho femininas são constantemente marginalizadas no sistema capitalista, pois estão inseridas em um cenário com constantes opressões, alienações, perda de direitos e sucateamento constante de sua força de trabalho. Ao contrário do que liberais discorriam sobre os benefícios do

capitalismo para a emancipação feminina, este não abriu as portas do mercado de trabalho para as mulheres; muito pelo contrário, o que se observou foi um afastamento da força feminina no trabalho por meio da hierarquização de sexo e raça, colocando-se mais valor a determinados grupos societários (marcas sociais), onde membros da sociedade são subalternos a outros na escala produtiva do sistema de bens e serviços (Saffioti, 1969).

O trabalho no campo, o meio rural brasileiro, é uma herança viva do patriarcado. É um trabalho onde o trabalho da mulher é invisibilizado, mas por ele ser invisibilizado, não significa que nós não façamos de tudo. (...) As mulheres fazem de tudo, desde o plantar, o cuidar, o zelar e na hora de comercializar o recurso fica com o homem. Não tem nenhum reconhecimento (Participante 3).

O domínio masculino sobre as mulheres serve de amparo para aqueles que detêm o poder econômico. É com a falácia de que o desenvolvimento do capitalismo traria um novo tipo de família, onde o trabalho feminino não teria obstáculos e nem preconceitos a sua frente, que a modernidade traz consigo a verdade cruel desse cenário. É com construções patriarcais que perduram por gerações que certos padrões societários se repetem na estrutura vigente, fazendo com que a emancipação econômica seja insuficiente para a mulher ser liberta das opressões e discriminações históricas que sofre; apesar das mudanças constantes que nossa sociedade vem sofrendo ao longo do tempo, a mulher trabalhadora ainda se vê presa ao lar e aos padrões societários que trazem consigo amarras e preconceitos que colocam a força de trabalho de forma diferente para determinados sexos e raças (Saffioti, 1969, p. 79).

Minha mãe trabalhava fora, trabalhava em casa, chegava ainda tinha os filhos e a roça. Combinou que meu pai então iria pra roça e ela ficaria dentro de casa. Mas aí na folga dela, ela tinha que ir para onde? Pra roça. Saia da roça e tinha que ir pra casa. Tem sempre esta essa dupla... A mulher é sempre sobrecarregada (Participante 2).

A minha vida social é faculdade e casa. Não sou muito de festa, não gosto dessas coisas. Eu tenho uma vida muita corrida, não é que eu não goste.... Com meus filhos, faculdade, dever de casa, a roça, minha mãe (...) aí não tenho tempo para farrear, para ir para a festa, para ser você. Às vezes você não é você mesma. É a pessoa que necessita ser (Participante 2).

A partir dos relatos das participantes, entra-se em outro cenário da divisão sexual do trabalho: como essa divisão ocorre entre as trabalhadoras do campo. Concorde-se com Carneiro (1994) e Paulilo (1987) quando estas discorrem sobre o papel da trabalhadora do campo, onde se observa uma jornada de trabalho não contabilizada que vai para além do trabalho doméstico e o do campo; essas mulheres são exploradas nos espaços sociais que ocupam, em suas famílias, no trabalho, na vida cotidiana, na colheita e no plantio. É necessário que analisemos a ordem

ideológica estruturante de nossa sociedade, que impõe via patriarcado que a força feminina no campo pode ser superexplorada – desempenhando sua função em casa e no trabalho –, mas não valorizada econômica e socialmente, tendo sua venda de trabalho não agregada a uma remuneração no final do mês.

O homem acha que é porque ele trabalha na roça, não precisa fazer mais nada. (...) Além de tirar o dinheiro da mulher. O dinheiro que o homem pega é para aquilo, o que a mulher pega é para tudo. Além de tudo, muitas mulheres ainda têm que trabalhar, chegar em casa e entregar o dinheiro para o homem (Participante 2).

E a gente faz de tudo, tanto na roça quanto na casa da gente. Desde carregar pau, lenha, companheiras que tem mais de 60 anos e que carpi, planta, colhe, vende seus produtos, vai na roça buscar lenha, e mulheres que tem um companheiro! E quem tem filhos homens, e elas fazem tudo isso, com mais de 60 anos! Mas ela não conduz o seu dinheiro, a sua renda (Participante 3).

É partindo da exploração e da dominação capitalista dos homens sob as mulheres que as mulheres são colocadas em um lugar de fragilidade e vulnerabilidade (SCHMITZ, SANTOS, 2013). É precarizando suas relações de trabalho, desvalorizando o trabalho doméstico e não remunerando igualmente as mulheres no mercado formal de trabalho que o capitalismo explora a força de trabalho feminina, tendo como instrumento o patriarcado, que hierarquiza as relações – colocando um gênero acima do outro –, que a trabalhadora do campo tem seu trabalho desvalorizado e tratado como ajuda.

O homem é considerado figura central na família, é ele que socializa (ou não) os gastos, controla a renda familiar, toma decisões produtivas e gerencia a distribuição de tarefas no campo; é por isso que, em muitas unidades familiares, apenas os homens são considerados aptos para gerenciar a produção, colocando assim a mulher em segundo plano, negando-lhe sua independência financeira, seu estudo técnico, e seu controle dos processos de produção (SCHMITZ, SANTOS, 2013).

Para que mulher vai querer fazer curso da área de agrárias? Já me falaram muito isso, e eu falo, não te interessa! Eu tenho terra, eu faço o que eu quero e o que eu preciso também. Eu tenho que estudar para saber tocar isso aqui, tocar a luta da minha mãe de dez, doze anos, de baixo de barraca de lona e tudo (Participante 1).

Para Saffioti (1964), a questão das mulheres não deve ser tratada de forma isolada na sociedade, uma vez que é produto de um regime produtivo que se escora na opressão do homem pelo homem, para se ter um regime alienante que corrompe tanto o corpo quanto o espírito; a autora discorre que apenas com o fim do sistema capitalista a opressão feminina poderá ser

superada, apenas em uma sociedade socialista a libertação da mulher será possível sem o domínio masculino atrelado à estrutura econômica (Saffioti, 1969, p. 75).

A partir dessa estruturação de ideias, pergunta-se: a família dessas mulheres trabalhadoras do campo, a comunidade em que vivem, contribuem para a perpetuação do patriarcado e a exploração de seu trabalho no campo? A realidade em que vivem essas mulheres do APW se mostrou diferente das tantas que são desiguais e exploradas no campo? A resposta a essas perguntas está nas falas e nas vivências relatadas pelas participantes. É indispensável que a realidade das trabalhadoras do campo seja pensada e refletida, pois a exploração a que essas mulheres estão submetidas desenvolve-se no cenário público e privado. A dicotomia que existe no meio rural entre trabalho produtivo e reprodutivo repete uma divisão de papéis engessada, onde as mulheres exercem tanto o trabalho do campo como o trabalho doméstico, mas têm o usufruto de seu trabalho apropriado e invisibilizado.

Foi relatada pelas participantes a subordinação da mulher do campo ao homem, que ocupa o papel da hierarquia máxima nas funções econômicas e sociais da família; à mulher sobra ser mãe, funcionária do lar, trabalhadora rural, professora de seus filhos, cuidadora de seus pais e muitas outras funções não remuneradas. Foi observado, também, que as mulheres do campo, em muitas situações, por terem uma renda insuficiente para suas necessidades básicas – pois muitas repassam aos seus maridos o valor integral da força de trabalho –, necessitam complementar sua renda e trabalham como artesãs, autônomas e vendedoras.

Por mais que as participantes da pesquisa tenham afirmado que conseguem ficar com a renda por elas produzidas – pois todas são solteiras –, não são todas as mulheres no meio rural que têm esse privilégio. Isso porque, por ter seu trabalho enxergado como ajuda, a desvalorização do papel da mulher na produção é evidenciada pelo valor social deste, o que impossibilita melhores condições de vida e autonomia para as mulheres. O não reconhecimento do trabalho das mulheres camponesas traz uma submissão patriarcal histórica e, como os papéis sociais no meio rural são mais bem definidos, as reverberações do patriarcado são ainda mais intensas, fatos esses confirmados pelas participantes.

O que diferenciou as participantes dessa pesquisa das muitas trabalhadoras rurais que vivem essa dura realidade no campo foi o fato de as entrevistadas terem um grau emancipatório maior devido ao acesso à academia – duas estavam cursando o ensino superior e uma já era mestre – e às discussões sobre feminismo, empoderamento feminino e patriarcado. Apesar disso, em seus discursos e vivências, elas presenciaram companheiras que ainda têm seu papel reduzido na família e na comunidade, que consideram sua força de trabalho como ajuda ao trabalho masculino, colocando sua renda à mercê dos maridos, pais, e chefes de família. Os

papéis sociais impostos pela sociedade estão presentes no cenário rural de forma agressiva e intensa, as regras impostas pelo patriarcado mandam e desmandam na unidade familiar rural, enrijecendo papéis socialmente impostos e oferecendo privilégios aqueles que detém o poder opressor.

5.2.4 Covid-19 e seus impactos na vida do campo

Quando tratamos da Covid-19, falamos sobre um vírus com alta capacidade de contaminação e mutação, que pode atingir as mais diversas faixas etárias e populações ao redor do mundo. A Covid-19 expôs uma realidade que há muito se percebia, mas que pouco era explorada: a face da desigualdade social e de renda que, em consequência da pandemia, escancarou para a sociedade o porquê de o Brasil estar entre os países mais desiguais do mundo.

Começamos a viver um momento em que a falta de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em hospitais do país inteiro se mostra problemática e urgente, onde insumos como seringas, máscaras, capotes, estão sendo negados em nome da lucratividade, onde a vacina foi por muito tempo ignorada pelos governantes por questões ideológicas e políticas, onde pessoas são deixadas para morrer por falta de oxigênio, onde a sociedade civil organizada precisa suprir um papel que deveria estar sendo feito pelo Estado. O autoritarismo abala o país hoje, sucateia as conquistas do SUS, nega a importância de cuidados básicos, diverge da ciência em prol de disputas políticas, espalha desinformação e investe em protocolos de terapias medicamentosas que não têm comprovação científica alguma, trazendo efeitos econômico e políticos gravíssimos para a população.

No Brasil, investimos menos de 4% do PIB em saúde pública nos últimos anos, o que ocasionou importantes deficiências no sistema de saúde e aumento de desigualdades sociais. O sonho sanitário de um modelo de atenção à saúde público, universal e gratuito, consagrado na Constituição Federal de 1988, sempre foi minado por entes interessados em favorecer o sistema privado, ainda que deixando descobertos os segmentos populacionais abaixo da classe média. A pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 trouxe um aumento da demanda por leitos hospitalares de enfermagem e de UTI, o que tem levado o Sistema Único de Saúde (SUS) – na maioria das capitais brasileiras – ao limite de sua capacidade, evidenciando assim, a ausência de instalações de assistência apropriadas para o nível de complexidade que está sendo demandada (ABRASCO, 2020).

A pandemia que vivemos hoje está afetando para além da doença que toma a população brasileira. Por trás desse cenário, percebe-se uma estratégia genocida, que aflora as desigualdades sociais que já eram perversas, aprofunda-se a falta de acesso, de cuidado, e

ignora-se a classe trabalhadora, que é a que mais sofre com o descaso do Estado, naturalizando o sucateamento das políticas públicas e sociais.

O Brasil soma, até o presente momento, mais de 245.000 mortes por Covid-19. A classe trabalhadora hoje tem que escolher se expor ao vírus para trabalhar, ir em busca da sobrevivência diária, ou ficar em casa e morrer de fome – com o fim do auxílio emergencial, teremos situações catastróficas, pois as pessoas não terão nem o mínimo necessário para a própria sobrevivência. A pandemia tem cor, classe e localidade. É a população mais pobre que hoje tem que se isolar em casa – casas estas que não permitem, em sua maioria, o distanciamento social pleno – pois as barreiras necessárias para um isolamento pleno, como acesso a água para lavagem de mãos, saneamento básico, acesso a bens e produtos de higiene, distanciamento social, são muitas.

Fiz o isolamento total. Quando o povo ainda vinha trazer as coisas para mim, eu mandava deixar do lado de fora e jogava água com quiboa nos trem tudo, eu fiquei neurótica. (...) Tô voltando aos poucos o convívio social, a ver pessoas... A gente até teve uma reunião esses dias, com distanciamento social, cada um no seu canto, presencial. (...) Tamo voltando consciente, tamo voltando tendo aquele amor ao próximo que nós não estávamos tendo não (Participante 1).

É nesse momento de restrição de direitos, de pouco financiamento no SUS, de descompromisso com a vida do brasileiro, que as consequências da pandemia mundial se fazem presentes e urgentes no Brasil. É sabido que os impactos sobre a saúde física dos brasileiros foram grandes, afinal, foram milhares de pessoas contaminadas que tiveram os mais diversos sintomas manifestados. Mas o que devemos analisar também são outros determinantes de saúde que se mostraram cada vez mais evidentes com o advento da Covid: a saúde mental dos brasileiros ficou abalada, a violência contra mulher, crianças e idosos teve sua frequência ampliada, questões sociais, raciais e de gênero foram tratadas pelo poder público com desinteresse e grupos vulneráveis como indígenas, população de rua, em cárcere, pessoas com deficiência, e grupos na extrema pobreza, foram invisibilizado aos olhos do poder público.

(...) Vejo muito aflorada essa desigualdade, mas ela não surgiu hoje. Nossa sociedade é formada com base nas desigualdades, no extermínio, no genocídio, então nada disso que aflora hoje, como o feminicídio, o extermínio da juventude negra, nada disso é de hoje. É de como é constituída nossa sociedade, só aflorou com muito mais transparência. A violência contra mulher, ela não aumentou, ela sempre existiu, era menos divulgado, menos visibilizado. Hoje decorrente a tantas lutas de mulheres que foram assassinadas, quantas mulheres lutaram e lutam permanentemente por isso, para romper com essa desigualdade (Participante 3).

É nesse cenário, onde grupos mais vulneráveis têm seus direitos aniquilados, onde a morte de um cidadão representa apenas um número – sem nome, identidade ou história –, que questionamos às participantes se a pandemia havia modificado a forma de exercerem sua sexualidade. É nesse território impactante, onde disparidades sociais são afloradas sistematicamente, onde a política do desinteresse traça uma estratégia de descompromisso com a classe trabalhadora, com as mulheres, com os mais vulneráveis e com as minorias, que as participantes relataram o que mudou em suas rotinas, na sua forma de trabalhar, viver a vida, e como seus sentimentos e emoções se comportaram na pandemia.

Eu sou bem ativa sexualmente. Eu passei dois meses dessa quarentena sem ter relação sexual com ninguém. Nem sexual, nem de ver, nem de nada. (...) Foi uma coisa boa pra mim, porque eu tava um pouco perdida, eu tava sem saber se ia continuar estudando, se ia trancar [a faculdade]... Isso influenciou muito também, o eu não querer ter relações com ninguém. E também porque eu fiquei com medo, de sair, porque eu saía para muitos lugares, via muita gente sempre. Mas eu não fiquei com medo por mim. Eu fiquei com medo pela minha mãe, eu fiquei com medo pelos meus avós, que são de setenta e sessenta anos (Participante 1).

Tem um lado bom, das pessoas terem se distanciado, da gente ter se isolado. Eu levo tudo para o lado bom; tenho amigos que perderam entes, mas a gente ta conseguindo superar. E quem não perdeu ninguém, tá conseguindo acalantar as pessoas, passar energia positiva, porque é isso que eu penso sempre (Participante 1).

O que se percebe é que as entrevistadas viveram o período de quarentena como uma forma de voltarem seus sentimentos e reflexões para si. Elas usaram esses momentos para fortalecer suas relações com entes queridos, com suas plantas, puderam se reaproximar de tarefas que antes estavam negligenciadas (como assistir a séries e filmes), fizeram reformas em casa, aprofundaram suas leituras, solidarizaram-se ainda mais com a comunidade, fortaleceram as redes de apoio do próprio assentamento, e reafirmaram seu papel no mundo.

A gente quase nunca parava, não olhava para sim mesmo, muita gente não sabia mais o que era parar em casa. Então a Covid-19 fez a gente voltar para dentro de si, perceber o que é realmente importante na nossa vida. A gente tem que correr atrás, não nascemos em berço de ouro, mas aí a gente acaba deixando muita coisa para trás para alcançar a sobrevivência (Participante 2).

O que fortalece para mim, por incrível que pareça, foi através da pandemia, que no isolamento, que eu tive que olhar melhor para mim. Olhar num contexto aprofundado a minha relação com a terra, com a luta, com a vida, com meu ser mulher, com meu ser mãe, ser avó, ser filha, ser amiga, então assim, a minha relação com a pandemia veio para mim, fez eu olhar para mim. Como que eu quero estar, como posso me cuidar com o que eu tenho, sem sair do meu lugar, pois eu estou impedida de ir e vir, por causa do isolamento (Participante 3).

Mas ela [a pandemia] potencializou muito também o que há de bom dentro do ser humano, que ainda tem humanidade dentro de si, a partir das ações de solidariedade,

das ações onde realmente se tem a preocupação do bem-estar do outro. Entender que whatsapp também tem outra função, como fazer uma roda de autocuidado, de ver e se preocupar como o outro está vivendo, quais são as necessidades, então até ressignificou o uso da tecnologia (Participante 3).

Em contrapartida, para as entrevistadas a Covid-19 se mostrou bastante problemática em diversos aspectos da vida. Com o fechamento de escolas e creches, o trabalho da mulher passou a ser muito mais intenso e cansativo – trabalho doméstico não remunerado –, pois, além de mães em tempo integral, eram professoras, cozinheiras e donas de casa, reforçando cada vez mais o papel da mulher na economia familiar, que não tem com quem compartilhar essa responsabilidade, intensificando muito mais seu papel na hierarquia familiar.

Uma das participantes, além de estudante, mãe e agricultora, também é trabalhadora informal, e teve que começar a adaptar seu trabalho ao meio remoto. A redefinição da economia informal representou para essas trabalhadoras um impacto significativo em sua renda, na sua independência, nas condições de manutenção de seu trabalho – que ficaram muitas vezes mais precárias – e no provimento de seus lares. Para além disso, muitas tiveram seus estudos na faculdade paralisados, suas pesquisas interrompidas e suas rotinas completamente modificadas em função da nova lógica de viver estabelecida.

A demanda aumentou dentro de casa, porque agora não estão estudando, são quatro [crianças] dentro de casa. Para completar, além de estudante, de filha, de agricultora, além de dona de casa, eu sou professora de três turmas diferentes. Porque eu tenho um no pré, um no terceiro, e um na quinta. Eles estão sempre precisando de mim. (...) Tudo isso multiplicou, sobrecarregou a gente de uma certa forma, mas também pelo outro lado fez a gente perceber muita coisa que a gente não enxergava, fez a gente olhar para dentro de si mesma (Participante 2).

As famílias têm que estar ali numa relação diária, permanente, dia e noite, e aí aflora tudo que estava errado, desgastado, que precisava mudar. Relação de mães e pais com filhos, onde se tem uma relação de distanciamento que já estava no comodismo, então você passa a conviver dia e noite permanentemente com seus filhos, com o outro, você percebe o quanto você não consegue mais conviver com o outro porque não existe uma relação, existia uma relação fictícia. E essa pandemia para mim, quando ela faz com que a gente vá para o isolamento, ela faz com que a gente se reveja, reveja nossas relações, que a gente construa novas relações para continuar vivendo (Participante 3).

A partir da análise das narrativas das participantes, percebemos que a Covid-19 atingiu todas as brasileiras, sejam essas do campo ou da cidade, mas em especial aquelas do campo. Com uma vida de explorações, com um trabalho doméstico que já era intenso antes da pandemia e sem uma renda fixa, essas mulheres viram sua realidade mudar completamente. Por meio de redes comunitárias e de apoio, a mulher do campo se manteve em seu eixo, pois suas relações familiares foram intensificadas – aquelas que eram problemáticas tiveram que conviver ainda mais tempo juntas do que o habitual –, seu trabalho em casa duplamente intensificado – o

trabalho que já era pesado está cada vez mais acentuado, pois agora a escola não é mais uma opção como espaço de convivência de seus filhos – e a faculdade, que era meio no qual as mulheres tiravam seu sustento (via bolsas de pesquisa), conviviam com colegas e professores (tendo espaços de convivência e socialização) e tinham mecanismos para se emanciparem das constantes explorações sofridas, está ocorrendo remotamente, quando não cancelada.

A pandemia reverberou em diversos aspectos nas vidas das participantes, seja em sua forma de exercer sua sexualidade, seja na forma de trabalhar, seja na forma de estudar. É nítido que o lado perverso da pandemia as afetou economicamente, psicologicamente, academicamente e afetivamente, em seus espaços dentro de suas famílias. É via reflexão íntimas que elas têm tentado se colocar em seu lugar no mundo; é buscando forças em suas religiosidades, nas suas relações familiares e de amizade, na fé de um futuro melhor, que a pandemia está se tornando um momento suportável para as mulheres do campo.

Por fim, nota-se que muitas das limitações encontradas neste estudo se deram em função da pandemia. O uso de máscara dificultou em certa medida a compreensão das entrevistadas em alguns questionamentos – por causa do abafamento do som –, e o distanciamento social foi um obstáculo que precisou ser superado, engendrando formas de fazer a entrevista longe de possíveis ouvintes, respeitando o espaçamento entre pesquisador/participante.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário de vida em sociedade expressado pelo perfil socioeconômico das entrevistadas, os achados reflexivos sobre a sexualidade, as relações do patriarcado, as desigualdades de gênero, a intensa jornada de trabalho e impactos da pandemia de Covid-19 na vida das mulheres trabalhadoras do campo mostraram que a pandemia aflorou, modificou e intensificou as relações pessoais, trabalhistas e societárias.

Nesse contexto, observa-se que os achados de pesquisa afirmam que a sexualidade da mulher do campo ainda é muito regulada, oprimida e subjugada. A mão de obra feminina é apropriada e sistematicamente explorada no sistema capitalista contemporâneo, tendo a divisão sexual no campo atingido níveis de profundidade que levam uma sobrecarga de trabalho, que atinge a saúde mental, física, sexual e moral da mulher do campo. É pela opressão que as relações sociais subalternizam os corpos femininos e, com o advento da Covid-19, percebeu-se que os escapes que essas mulheres tinham para se manterem em seu eixo foram retirados: não têm mais lazer, não têm mais acesso à educação superior de forma integral – pois o estudo remoto não é satisfatório na maioria dos casos. Tem-se uma intensificação no trabalho fora e no campo, e um processo de trabalho que reproduz as contradições e alienações do modo capitalista de vida.

Corroborando com mapa movente cartográfico, vemos que a consciência de classe, as discussões de gênero, o combate estrutural às reproduções cotidianas das violências, da superação da superexploração do trabalho feminino devem ser acompanhadas, no intento de uma sociedade livre, que permita a todas as mulheres, essencialmente a mulher camponesa, chegar à emancipação de todas as formas de opressões racistas, patriarcais e capitalistas, garantindo que esses sujeitos possam viver e exercer sua sexualidade plena.

Apesar de muito já se ter conquistado, ainda há muito pelo que lutar. Os lugares ocupados por mulheres na sociedade – seja na família, no mundo do trabalho, na religião, no modo de exercer sua sexualidade –, além de estarem longe de serem iguais, mantêm expressões subalternas e precarizadas, perpetuando uma estrutura que naturaliza a ideologia patriarcal e suas desigualdades. Portanto, este estudo pretende contribuir com políticas de emancipação das mulheres que incidam na nossa cultura em direção a uma transformação estrutural no modo de viver, especialmente no campo.

É controlando seus direitos reprodutivos, políticos, trabalhistas e sexuais que se inibe a luta coletiva organizada. É necessário que se tenha uma organização política de mulheres que

visem à transformação de nossa cultura; por fim, é apenas por meio de uma nova ordem societária, onde não caiba o racismo, o machismo, o capitalismo e a lgbtfobia, que a mulher poderá ocupar os espaços que quiser sem a interferência do patriarcado, que controla não apenas seu direito de ser, mas também de existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, T. A. M.; VASCONCELOS, A. C. C. P.; PESSOA, T. R. R. F.; FORTE, F. D. S. Multiprofissionalidade e interprofissionalidade em uma residência hospitalar: o olhar de residentes e preceptores. *Interface (Botucatu. Online)* , v. 21, p. 601-613, 2017.
- BEAUVOIR, S. O segundo sexo: a experiência de vida. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957. p. 8-30.
- BONA JÚNIOR, A. . A ontologia de Lukács e a sexualidade em perspectiva emancipatória. *Filosofia e Educação* , v. 3, p. 18-43, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. (s.d.). Coronavírus (COVID-19). Acesso em 13 de jun de 2020, disponível em Ministério da Saúde: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 648, de 28 de março de 2006. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro. 1994. 2. p. 11-22.
- CONTE, F. A vida da mulher no campo: trabalho e (in)dependência; 2019; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em História - Grau Licenciatura) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana.
- DANTAS, M. H. A sexualidade na história e a construção do sistema patriarcal: refletindo sobre os fundamentos das opressões às sexualidades. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Maranhão. p. 1-10, ago./2017.
- DANTAS, M. F. P ; CISNE, M. "A trabalhadora não é o feminino de trabalhador": superexploração sobre o trabalho das mulheres. *Argumentum (Vitória)* , v. 9, p. 75-88, 2017.
- DEUS, K. H. C. Assistência técnica e extensão rural no âmbito do desenvolvimento rural sustentável sob a perspectiva dos agricultores do assentamento Pequeno William – Planaltina/DF. 2018. 45 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Florestal) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GONÇALVES, R. . O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. *Lutas Sociais (PUCSP)*, v. 27, p. 119-131, 2011.

- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- HEILBORN, M. L. Articulando Gênero, Sexo e Sexualidade: diferenças na saúde. In: Paulete Goldenberg; Regina Maria Giffioni Marsiglia; Mara Helena de Andréa Gomes. (Org.). - O Clássico e o Novo: tendências, objetivos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003, v. 1, p. 197-208.
- HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- LIMA, T. M. M. . A perspectiva de totalidade e a questão de gênero: há incompatibilidade entre marxismo e feminismo?. in: 13º Mundos de Mulheres e Seminário Internacional fazendo gênero: transformações, conexões e deslocamentos, 2017, Florianópolis, 2017.
- LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social - encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jun./2010.
- LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, ago./2008.
- LUKÁCS, G. Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MINAYO, M. C. D. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p. 621-626, out./2011.
- MINAYO, M. C. D. S; COSTA, A. P. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. Revista Lusófona de Educação, v. 40, n. 40, p. 139-143, 2018.
- MONTEIRO, A. C. Antecedentes da violência doméstica contra as mulheres no Brasil: origens da família patriarcal. Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais, v. 11, p. 200-224, 2012.
- OPAS. (12 de jun de 2020). Folha informativa – COVID-19. Disponível em: OPAS Brasil: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 13 jun. 2020.
- PAULILO, M. I. S. O Peso do Trabalho Leve. Ciência hoje, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./1987.
- PISCITELLI, A. G. Gênero: a história de um conceito. In: Heloísa Buarque de Almeida; José Szwako. (Org.). diferenças, igualdade. 1ed.São Paulo: Berlendis e Vertecchia Editores, 2009, v. 1, p. 116-150.
- ROLNIK, S. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

- ROSÁRIO, N. M; COCA, A. P. A cartografia como um mapa movente para a pesquisa em comunicação. *Comunicação & Inovação (Online)* , v. 19, p. 34-48, 2018.
- ROSÁRIO, N. M. Cartografia na comunicação: questões de método e desafios metodológicos. *In: M. I. V. LOPES; C. P. MOURA (orgs.). Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016b.
- SAFFIOTI, H. I. B: *A mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade.* 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1969.
- SAFFIOTI, H. I. B: A mulher sob o modo de produção capitalista. *Contexto*, n. 1, São Paulo, 1976.
- SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, 151p.
- SANTOS, R.L et all. Mistanásia hoje: pensando as desigualdades sociais e a pandemia Covid-19. Abrasco, 12 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/mistanasia-hoje-pensando-as-desigualdades-sociais-e-a-pandemia-covid-19-artigo-de-roberta-santos-andreia-gomes-luciana-narciso-fermin-schramm-luciana-brito-marisa-palacios-rodrigo-siqueira-ba/49322/>. Acesso em: 7 jan. 2021.
- SCHMITZ, A. M; SANTOS, R. A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 Anais Eletrônicos, Florianópolis, 2013.
- SILVA, V. V. As contribuições de Heleieth Saffioti para os estudos de gênero na contemporaneidade. *Revista Feminismos*, v. 7, p. 17-25, 2019.
- SOUZA, V. B. . Gênero, Marxismo e Serviço Social. *Temporalis (Brasília)* , v. 14, p. 13-31, 2014.
- VELASCO. C; GRANDIN. F, CAESAR. G; REIS. T. Mulheres negras são as principais vítimas de homicídios; já as brancas compõem quase metade dos casos de lesão corporal e estupro. Portal G1. Brasília, 07 de fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>.
- VILLWOCK, A. P. S; GERMANI, A. R. M; RONCATO, P. E. D. S. Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. *Revista Alamedas, Paraná*, v. 4, n. 1, p. 1-17, 2016.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada participante,

A senhora está sendo convidada a participar da pesquisa com o tema CARTOGRAFIA DOS DESEJOS DA MULHER DO CAMPO: percepções e narrativas em tempos de COVID-19, desenvolvida pelo Programa da Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase em Saúde da População do Campo, da Escola Fiocruz de Governo, da Fundação Oswaldo Cruz (EFG/DIREB/FIOCRUZ), Brasília - DF, sob orientação da professora Dra. Jacinta de Fátima Senna da Silva e coorientação da professora, Mse. Eliane Aparecida da Cruz.

Este convite é encaminhado as mulheres, maiores de 18 anos, que residem no Assentamento Pequeno William – Planaltina DF.

O objetivo desta pesquisa é compreender a sexualidade das mulheres adscritas no APW, zona rural de Planaltina, em meio a pandemia da COVID-19. Tem-se como escopo apoiar o desenvolvimento e aplicação de entrevista aberta, onde os questionamentos feitos pela pesquisadora darão início a conversa sobre a sexualidade e a vivência das mulheres trabalhadoras do campo durante a pandemia da COVID-19; a partir dessa articulação, buscara-se identificar – se houveram– alterações na relação das mulheres com seus corpos, bem como compreender como a pandemia modificou seus hábitos e vivências em seu contato com o mundo.

A sra. receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa, e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá nos resultados desta, sendo mantido o mais rigoroso sigilo e confidencialidade de quaisquer informações prestadas que permitam identificá-la. Cabe destacar que a senhora não é obrigada participar deste estudo, e que sua participação é totalmente voluntária. A senhora tem plena autonomia para decidir se deseja ou não participar deste estudo, podendo suspender sua participação a qualquer momento, não sendo penalizada de nenhuma maneira caso decida não aceitá-la.

Assim, para a que a coleta de dados seja o mais qualificada possível, será explicitado para a senhora os principais conceitos e definições dessa pesquisa, que consistem em gênero,

orientação sexual, e sexualidade. Vale ressaltar que quaisquer outras dúvidas, relacionadas a estes temas ou não, poderão ser esclarecidas a qualquer momento. Após este momento, será aplicado um questionário socioeconômico afim de ter dados mais específicos do grupo pesquisado, seguido então, da entrevista aberta. O termo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) presente será assinado em duas vias, uma ficará com a participante, e o outro com a pesquisadora.

Para deixá-la segura quanto ao sigilo da nossa conversa, informo que o roteiro da entrevista não será identificado com seu nome e sim por meio de um número, que será guardado em um computador protegido por senha, onde a própria gravação só poderá ser acessada por meio da apresentação de outro código – o qual somente a pesquisadora ou sua coordenadora terão acesso. Ao final da pesquisa, todo material será mantido arquivado, por pelo menos 5 (cinco) anos, conforme Resolução 466/2012 e orientações do CEP/ENSP.

Os resultados de todas as entrevistas serão utilizados na elaboração do trabalho de conclusão de residência (TCR) e/ou podem ser utilizadas em artigos, apresentações em congressos ou conferências.

Caso a senhora não autorize o registro das etapas, infelizmente não poderá participar do estudo acima. Vale ressaltar porém, que a qualquer momento durante a pesquisa (caso aceite participar) ou após esta, poderá ser solicitado a pesquisadora quaisquer informações que versam acerca de sua participação nessa entrevista. Será disponibilizado também, contato telefônico da pesquisadora, caso dúvidas posteriores possam vir a surgir.

Esclareço que à sua participação nesta pesquisa pode envolver riscos mínimos, sendo estes voltados a possíveis constrangimentos mediante alguma pergunta e ou a divergência de interpretação da informação apresentada; neste caso, tentaremos ao máximo evitar que isto aconteça, e garantimos que tomaremos todas as precauções para que a divulgação deste estudo não cause qualquer problema para senhora. Outro risco que pode existir além da confidencialidade do material, versa sobre a privacidade das participantes no momento da entrevista. Para isso, será solicitado que a senhora se dirija a um local mais isolado, onde se sinta segura para explicar com tranquilidade suas opiniões e informações de caráter pessoal e íntimo – caso aceite partilha-las.

Informo que não há benefícios diretos, pessoais ou coletivos, associados à sua participação neste estudo. Os principais benefícios desta pesquisa são para o progresso do conhecimento da realidade de sua comunidade ou da população que apoia. Dessa forma, sua participação poderá contribuir para estudos não neutros, guiados pela aspiração de construir uma sociedade mais justa e uma saúde capaz de responder de modo integral às necessidades de saúde

da população brasileira, em especial, das populações do campo, da floresta e das águas. Não podemos porém, dar qualquer garantia nesse sentido.

Caso a senhora precise, a pesquisadora irá responder da melhor maneira possível, quaisquer perguntas sobre os procedimentos da pesquisa. Ainda, caso tenha alguma dúvida sobre seus direitos como participantes desse estudo, a senhora poderá entrar em contato por meio do telefone/fax (61) 3329-4746 ou pelo e-mail: cepbrasil@fiocruz.br. Endereço: Av L3 Norte Campus Darcy Ribeiro, Gleba A, SC 4 Campus Universitário Darcy Ribeiro, Bairro: Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.910-900.

Dados para Contato:

Nome: Krystal Costa Batista

Telefone: (61) 99376-8313 E.mail: costa.krystal@gmail.com

Participante: Eu, abaixo assinado, concordo em participar deste estudo. Declaro que fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora sobre o estudo e seus procedimentos, bem como os riscos ou benefícios decorrentes da minha participação.

Assinatura da participante: _____

Local/Data: _____



Pesquisadora: Esclareci a pesquisa proposta com a participante, a qual compreendeu os benefícios, riscos e alternativas (incluindo a de não-participação) e deu seu livre consentimento em participar deste estudo.

Assinatura da Pesquisadora: _____

Nome: _____

Local/Data: _____

APÊNDICE B

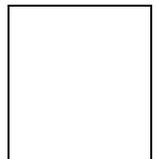
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE GRAVAÇÃO DE VOZ, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DO CONTEÚDO GRAVADO E OU FOTOGRAFADO

Por meio deste instrumento particular, autorizo, nesta data, de forma irrevogável e irretratável, a Escola Fiocruz de Governo e ao Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho da Fundação Oswaldo Cruz, responsáveis pelo Curso de Especialização do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família com Ênfase em Saúde da População do Campo, esta, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019, de 07 de Junho de 1966, modificada pelo decreto nº 4.725/03, integrante da Administração Federal Indireta, sediada na Avenida L3 norte, Campus Universitário darcy Ribeiro, Gleba A, SC4, , na cidade de Brasília, DF, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, doravante denominada simplesmente “Fiocruz Brasília”, a proceder a gravação da minha voz, imagem (via gravação ou foto) e a degravação do conteúdo gravado, para sua utilização, na íntegra ou em partes, para os específicos fins educativos, técnicos e de divulgação científica, nas atividades de mapeamento de pesquisas e projetos desenvolvidos nesta instituição, as quais serão transcritas para compor relatório e demais produtos de divulgação científica.

A presente autorização é concedida gratuitamente, em todas as suas modalidades, abrangendo o uso em todo território nacional e no exterior, sem quaisquer ônus para a FIOCRUZ, bem como sem a possibilidade de alegação de violação a qualquer direito conexo à imagem ou qualquer outro, conforme definido acima.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Assinatura



Nome Completo: _____

Nacionalidade: _____

Endereço: _____

Identidade: _____

CPF: _____

APÊNDICE C

Perfil socioeconômico.

Idade:

Estado civil:

Estado de nascimento:

Raça/Etnia/Cor:

Identidade de gênero:

Orientação sexual:

Número de filhos:

É pessoa com deficiência (PcD)?

Grau de escolaridade:

Renda mensal média:

Trabalha? Que tipo de trabalho?

Foi contaminada com a COVID-19? Alguém do seu círculo familiar foi?

Entrevista Aberta:

1. O que você compreende por sexualidade, e qual sua relação com sua sexualidade em seu contexto de vida?
2. Quais os impactos que o trabalho no campo tem no exercício da sua sexualidade?
3. A COVID-19 mudou sua forma de exercer sua sexualidade?